



RELATÓRIO
E
CONTAS



2016

FENACAM, FCRL



RELATÓRIO E CONTAS 2016

Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
BREVE ANÁLISE MACROECONÓMICA	3
ANÁLISE DA ACTIVIDADE DESENVOLVIDA DURANTE 2016	3
SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO (SATA)	7
AVALIAÇÕES IMOBILIÁRIAS	7
OUTRAS ACTIVIDADES	9
SERVIÇO DE AUDITORIA (SAUD)	10
AUDITORIAS REALIZADAS	10
ESCLARECIMENTOS PRESTADOS	11
ENVOLVIMENTO, POR SOLICITAÇÃO DOS TRIBUNAIS OU DAS CCAM, EM PROCESSOS JUDICIAIS	12
REstante ACTIVIDADE	12
SERVIÇO DE PRODUÇÃO DOCUMENTAL E APROVISIONAMENTO (SPDA)	13
APROVISIONAMENTO	13
PRODUÇÃO DOCUMENTAL	14
GESTÃO DE CHEQUES	14
APOIO ADMINISTRATIVO	15
OUTRAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	15
RESULTADOS DA ACTIVIDADE	17
FENACAM 2020	20
DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO	20
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	21
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	23
RESULTADOS E EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS	25
RENDIMENTOS	25
GASTOS	27
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	30
AGRADECIMENTOS	31
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	32
BALANÇO	32
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	33
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	34
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	36
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	37
ASSOCIADAS DA FENACAM	67
PARECER DO CONSELHO FISCAL	68
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	70

INTRODUÇÃO

Breve análise Macroeconómica

A Economia Mundial registou um crescimento do PIB, de acordo com a estimativa mais recente, de 3,1% em 2016, valor este inferior ao registado em 2015, que se situou nos 3,2%. A confirmar-se esta expectativa, este será o ritmo de crescimento económico mais fraco desde o ano da recessão mundial de 2009.

Já a economia da Zona Euro acelerou ligeiramente no final de 2016 (1,6%), mas também aqui o crescimento perspectivado é tímido e igualmente inferior ao registado em 2015 (2,0%), o que deverá contribuir para a criação de divergências entre os responsáveis monetários, particularmente quanto à manutenção ou corte dos estímulos na região da moeda única.

Por seu turno a economia portuguesa, penalizada por um crescimento fraco do investimento e por fragilidades ao nível das exportações, no primeiro semestre de 2016, manteve a tendência de desaceleração iniciada no último trimestre de 2015, tendo crescido apenas 0,9% em termos homólogos. A aceleração registada no segundo semestre de 2016, muito por conta da evolução da actividade turística e do consumo privado, permitiu que o crescimento anual se situasse nos 1,4% em 2016, valor 2 p.p. abaixo do crescimento registado em 2015 (1,6%).

3

Análise da Actividade desenvolvida durante 2016

Após execução das medidas desenhadas por este Conselho de Administração, para o exercício de 2016, importa concluir que o ano findo correspondeu ao esperado, afirmação que, ainda assim mantém toda a Federação focada na necessidade de prosseguir a onerosa tarefa desencadeada e cujos objectivos totais, traduzidos na reestruturação, saneamento e consolidação da FENACAM, só serão plenamente atingidos mais adiante.

No essencial a análise das principais linhas da actividade desenvolvida durante 2016, pode sintetizar-se do seguinte modo:

- **Agregação das Caixas.** Fazer regressar ao seio da FENACAM todos quantos anteriormente optaram pela demissão, sem distinção entre Caixas, estejam elas dentro ou fora do SICAM. A este projecto, cuja concretização constitui tarefa para mais de um exercício, foi dado corpo e alma através da iniciativa denominada “Encontro com as Caixas”, e que vem conduzindo ao planeamento e consequente realização de diversas visitas a Caixas Agrícolas, onde, invariavelmente têm lugar reuniões com os respectivos Conselhos de Administração, tal como se verificou na

jornada de trabalho levada a cabo com o órgão executivo da CCAM de Leiria, que actualmente preside aos destinos da Federação das Caixas fora do Sistema Integrado.

- **Defesa do modelo cooperativo.** As profundas transformações operadas nos últimos anos no Sistema Financeiro Português e em particular no Crédito Agrícola, colocam sérios riscos de perda de identidade, designadamente, por força de normas legais que não se mostram ajustadas às diferentes realidades e agentes do sector, pretendendo tratar de igual modo aquilo que é profunda e assumidamente diferente. A sistemática desconsideração da origem e característica da Banca Cooperativa não podem deixar de constituir uma forte preocupação, cabendo, em particular ao Crédito Agrícola e por via da FENACAM, suscitar o debate, mobilizar os respectivos intervenientes e fazer ecoar os seus resultados junto das entidades com responsabilidades legislativas e reguladoras da actividade bancária.
- **Recuperação das relações institucionais.** No decorrer do exercício esteve bem patente a preocupação da Federação em estabilizar as relações institucionais para com os seus parceiros naturais, de forma potenciar o máximo de benefícios oferecidos às suas associadas, a quem, por sua vez, cabe apreciar criticamente a referida oferta, remetendo o seu aproveitamento prático para a clientela. A Caixa Central, empresas do Grupo, a CONFAGRI, etc., fazem parte do conjunto de entidades envolvidas nesta acção.
- **Divulgação da actividade corrente.** Por entre as iniciativas de maior relevo, levadas a cabo durante 2016, conta-se a publicação de uma Newsletter, com carácter mensal. Este instrumento de divulgação da actividade corrente congrega as anteriores publicações, dedicando-se agora atenção a um único documento, para o qual são canalizadas todas as informações relevantes e cujo conhecimento interessa, mensalmente, ao universo do Crédito Agrícola, ali se destacando matérias como os principais apoios e respectivos requisitos, no âmbito do Portugal 2020, a concretizar através da “FENACAM 2020”, informação económica relevante sobre o sector primário designadamente na agricultura e pecuária, alterações, desenvolvimentos e novidades respeitantes a produtos e serviços disponibilizados às Caixas, e a divulgação dos aspectos mais relevantes atinentes à execução da estratégia apresentada às associadas, incluída no programa do Conselho de Administração.
- **Incentivo à convergência dos interesses das estruturas do Grupo.** No âmbito das medidas tomadas com vista ao fortalecimento da coesão e articulação estratégica e de objectivos para o Crédito Agrícola, a FENACAM promoveu o 1º Encontro “CA Corporativo”, abrindo assim um espaço de debate, no qual tomaram lugar os presidentes dos órgãos dirigentes de todas as entidades que formam o Grupo, nomeadamente os designados por eleição das Caixas. Nesta primeira iniciativa, que

será repetida, anualmente, foi debatido o actual estado do CA e o seu futuro, bem como as linhas sobre que assentam as projectadas alterações do Regime Jurídico.

- **Reestruturação interna.** O processo de reestruturação iniciado em 2016 e com o qual o actual Conselho de Administração se apresentou à Assembleia Geral que o elegeu, deu os primeiros passos durante o exercício agora findo. Os seus resultados são já patentes, sendo de assinalar a implementação de uma política de contenção de custos, medida que segue a par daquelas outras dirigidas à dinamização do mercado com vista a conseqüente aumento de volume de negócios. Merecem aqui referência as difíceis resoluções já tomadas e que resultaram na extinção do SAUD, na recuperação parcial da sustentabilidade do SATA, reformulação do SPDA com conseqüente e forte redução dos preços.

Todos estes aspectos têm que ser entendidos como processos complexos e ainda não totalmente concluídos. Com efeito, é profunda a necessidade de ajustamentos que permitam ultrapassar a manifesta dificuldade na obtenção de um equilíbrio da exploração da FENACAM, onde a quebra dos proveitos pela redução dos preços e a eliminação da quotização variável (que, em 2015, correspondia a cerca de 553.891,15€ a cargo das Caixas, aos quais se somavam 125.000,00€ euros de quota da Caixa Central e ainda cerca de 250.000 euros do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo), têm agora que ser acomodados.

- **Valorização pública da importância social e até política do Crédito Agrícola.** Dando corpo a uma preocupação de dignificação e valorização do muito que tem sido feito em prol da economia nacional e regional, sob a égide da FENACAM terá lugar uma importante Conferência de cariz económico, que contará com a presença de sua Excelência o Senhor Presidente da República, do Senhor Ministro da Economia, bem como de diversos e reconhecidos oradores vindos do mundo académico. Esta conferência, com o tema "O cooperativismo financeiro no actual contexto económico", terá lugar já no corrente mês de Março, sendo que a sua organização e preparação vem sendo desenvolvida desde o início do Outubro do passado ano.

No que concerne à estratégia desenhada pelo Conselho de Administração da Federação para o exercício de 2017, encontra-se espelhada no "Plano de Actividades e Orçamento" para esse exercício, o qual foi objecto de discussão e aprovação pelas associadas na Assembleia Geral de 16 de Dezembro de 2016, realizada em cumprimento do previsto no artigo 45º nº 2 e 49º, alínea d) do Código Cooperativo. Os aspectos principais desta estratégia resumem-se, globalmente, como segue:

- Continuação da execução do programa de reestruturação financeira da Federação, o qual deverá prolongar-se por todo o mandato, focado numa primeira fase na sustentabilidade da exploração de cada uma das valências ou serviços e só depois a Federação passará a focar-se no seu papel de promotor e intensificador do cooperativismo no Grupo;

- Desenvolvimento de Estudo de Optimização Organizacional para cada uma das áreas operacionais, quer em número de recursos quer nas competências a abarcar;
- Continuação das medidas de redução do preçário, que até final de 2017 irá corresponder a uma redução global de 30%;
- No âmbito da medida “Fenacam 2020”, a Federação irá continuar a assegurar todo o apoio e informação ao Grupo decorrente do programa de apoios financeiros comunitários “Portugal 2020”, de modo a potenciar o posicionamento do Grupo junto dos clientes;
- Continuação do desenvolvimento da Área de Apoio Cooperativo.

SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO (SATA)

Durante o ano 2016 foram introduzidas algumas alterações no Serviço de Apoio Técnico, as quais tiveram um grande impacto, designadamente na mudança do paradigma e funcionamento do Serviço. A alteração mais relevante passou pelo alargamento da base de avaliadores técnicos externos, que no final do exercício somava cerca de 30 elementos (tínhamos 2 no início do ano) com 11 do quadro.

Esta relevante mudança contribuiu para uma inversão dos resultados permitindo reduzir para cerca de metade o deficit de exploração do Serviço, registado ao longo dos últimos 10 anos.

As alterações introduzidas tinham como objectivo assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos definidos no plano de actividades, ao qual se funda em duas essenciais linhas de actuação: Eficiência e Qualidade.

Em termos operacionais asseguramos o cumprimento das normas de avaliação de imóveis, definidos na Lei nº 153/2015 de 14 de Setembro da CMVM, reforçamos as competências e eficiência dos peritos avaliadores de imóveis (PAI) que colaboram com o SATA e consolidamos a posição do Serviço no seu universo natural, as Caixas Agrícolas.

Avaliações Imobiliárias

Em matéria de execução de avaliações e consequente produção dos respectivos relatórios, bem como em relação ao montante avaliado, foi mantido um volume de trabalho em linha com os anos transactos, assegurando uma oferta com vários níveis de serviços, designadamente:

- Avaliação e reavaliação tradicional;
- Reavaliação desktop;
- Actualização / verificação automática de Imóveis habitacionais, armazéns, retalho (lojas de comércio) e escritórios.

Durante o exercício aqui tratado e de um modo geral, praticamente todas as Caixas Agrícolas recorreram ao Serviço de Apoio Técnico para a realização de avaliações imobiliárias de diferentes tipos de bens imóveis, máquinas e equipamentos, obras de arte e outros bens específicos, cabendo-nos encontrar as soluções adequadas à prestação dos serviços, sempre segundo os já indicados padrões de eficiência e qualidade.

Para alargamento da cobertura territorial, tal como referido, passámos a contar com peritos avaliadores de qualidade reconhecida, em diferente regime de colaboração. No final de 2016 encontravam-se averbados na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) como colaboradores da FENACAM cerca de quatro dezenas de peritos avaliadores, com distintas formas de vínculos contratuais.

A selecção dos peritos avaliadores com os quais foram firmadas prestações de serviços, foi um processo com várias etapas e para o que se tornou necessário começar por identificar as necessidades, a que se seguiu a selecção dos técnicos disponíveis em cada um dos mercados locais escolhidos, tarefa em que foi possível contar com o contributo das Caixas Agrícolas, seguindo-se todo o trabalho inerente ao acompanhamento e apoio, nomeadamente, no acesso ao Sistema de Gestão de Avaliações (SGA), sendo de registar que nesta concreta matéria os fortes constrangimentos e dificuldades sentidos têm vindo a ser ultrapassados com a colaboração da CA Serviços.

Concluído este processo a FENACAM encontra-se melhor apetrechada a reagir a solicitações que lhe sejam dirigidas a partir das mais variadas localidades do país incluindo, Açores e Madeira, onde, de modo bem mais abrangente, se mostra apta para realizar avaliações técnicas, sejam imobiliárias, mobiliárias ou outras.

De acordo com o referido na Lei nº 153/2015, de 14 de Setembro da CMVM, que regula o acesso e o exercício da actividade dos peritos avaliadores de imóveis que prestam serviços a entidades do sistema financeiro e bancário, só pode exercer esta actividade, aquele que, mediante contrato escrito, fixar os termos e condições do respectivo exercício. Neste sentido, celebramos contrato de prestação de serviços com todas as Caixas Agrícolas, Caixa Central e CA imóveis.

Já ao nível do SGA, e por força da actualização efectuada em Junho de 2015, os relatórios de avaliação cumprem o estabelecido na referida legislação. Ainda assim e no decorrer de 2016, apurou-se pela necessidade de efectuar manutenção dita evolutiva à aplicação informática, com o objectivo de promover alterações ao nível de funcionalidades já existentes, mas também para assim poder dar cumprimento a novas exigências da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), constantes do regulamento nº1/2017. Este normativo, que surge na senda do regime previsto na Lei n.º 153/2015, estabelece um conjunto de obrigações de reporte a cargo dos peritos avaliadores de imóveis, estabelecendo, nomeadamente as regras e conteúdo necessário a incluir na informação à CMVM, tal como define o prazo limite para o seu envio, 31 de Março de cada ano.

No âmbito da avaliação que nos foi feita pelas Caixas Agrícolas certificadas ao abrigo da norma internacional ISO 9001 e que versou a qualidade dos serviços prestados pelo SATA, em matéria de avaliação imobiliária, foi assegurada a manutenção da nota BOM, o que não pode deixar de merecer uma especial referência, sobretudo tendo em conta as alterações sofridas por este Serviço e já acima elencadas.

A pedido das CCAM, os técnicos continuaram a ser indicados para prestarem declarações e participarem em peritagens ou perícias em processos judiciais e fiscais, para o que contribuíram ora como peritos avaliadores de imóveis ora como testemunhas.

Outras Actividades

Ainda ao longo de 2016 tivemos oportunidade para levar a cabo acções de formação e reuniões de trabalho internas, tendo como objectivo transversal a actualização e partilha de conhecimentos técnicos em matéria de avaliações imobiliárias e procedimentos que lhes estão associados.

Foram igualmente produzidas sete Fichas Informativas, documento que vinha mantendo periodicidade quinzenal, e contém informação respeitante às diferentes políticas e normas legais vigentes e com aplicação aos diversos sectores de actividade económica. A divulgação que vinha sendo assegurada através do "CAIS" e expedição por correio electrónico para subscritores passou, por deliberação do Conselho de Administração, a ser incluída e divulgada mensalmente através da Newsletter, da FENACAM, onde está agora integrada a referida Ficha Informativa. Neste novo figurino foram entretanto elaborados oito documentos com os contributos do Serviço.

SERVIÇO DE AUDITORIA (SAUD)

A actividade desenvolvida pelo Serviço de Auditoria no decurso de 2016 pode ser aqui sintetizada do seguinte modo:

- Realização de 46 auditorias a Caixas Agrícolas através do exame dos seus elementos de escrituração e das correspondentes demonstrações de natureza financeira e patrimonial, compreendendo a verificação e apreciação do cumprimento das normas legais e regulamentares que disciplinam a sua actividade e dos aspectos relacionados com a abrangência dos deveres de informação, mencionados no n.º 1 do artigo 120º do R.G.I.C.S.F., assim como as orientações definidas pela Caixa Central, decorrentes do exercício das suas competências legais.
- Emissão dos correspondentes relatórios no final das auditorias.
- Esclarecimentos sobre questões técnicas, prudenciais e regulamentares relacionadas com as auditorias realizadas, bem como com a própria actividade desenvolvida pelas CCAM. As questões a que se promoveu respectiva resposta foram suscitadas pelas Caixas Agrícolas e ainda pelas entidades destinatárias legais dos relatórios.
- Envolvimento, por solicitação dos Tribunais ou das CCAM, em processos judiciais.

10

Auditorias Realizadas

Na programação das auditorias manteve-se o critério que assenta na apreciação objectiva do tempo já decorrido desde a última auditoria efectuada, assegurando-se, assim, o reporte à Supervisão de acordo com os prazos exigidos.

Os trabalhos têm por base as contas trimestrais, considerando o último trimestre encerrado à data do início da auditoria, com informação actualizada nas rubricas de Balanço de maior relevância material à data do encerramento dos trabalhos.

No que toca à revisão final dos relatórios, esta tarefa foi desenvolvida a partir da sede da FENACAM, e que uma vez concluída deu lugar a que os citados relatórios fossem, nos termos do estabelecido no art.º 37º do R.J.C.A.M., dados a conhecer, mediante remessa formal, às Administrações e Conselhos Fiscais das Caixas Agrícolas, à Caixa Central, ao Banco de Portugal e ao Fundo de Garantia do C.A.M, neste caso quando solicitado.

As 46 CCAM auditadas num total de 82 (universo que constitui o SICAM em final de 2016), representam uma cobertura global, em número, de 56%.

Em relação ao crédito concedido e aos depósitos totais, o grau de cobertura é de 41% e 41%, respectivamente.

Em termos comparativos com o ano anterior, tomando o número de CCAM, o crédito concedido e os depósitos totais, a estrutura percentual das auditorias realizadas é a seguinte:

Auditorias realizadas

2015			2016		
Número %	Crédito Concedido %	Depósitos Totais %	Número %	Crédito Concedido %	Depósitos Totais %
74	66	67	56	41	41

Foram realizadas menos 15 auditorias do que no ano anterior, mantendo-se a qualidade e a profundidade das análises efectuadas, com maior incidência nas áreas dos activos de risco, garantindo assim a credibilidade do trabalho realizado junto das entidades destinatárias dos respectivos relatórios. A manutenção de conjuntura económico-financeira adversa condiciona o desempenho dos clientes das CCAM, situação que conjugada com as acrescidas exigências em matéria de regulamentação e supervisão prudencial da actividade das Instituições de Crédito, origina também uma cada vez maior responsabilização e rigor no desenvolvimento dos trabalhos de auditoria.

Na origem da diminuição da prestação de serviços de auditorias esteve o facto de a Caixa Central, em articulação com o Banco de Portugal e com vista à implementação de uma disciplina generalizada de auditoria externa a todo o Grupo, fixar um primeiro conjunto de 20 Caixas a sujeitar desde logo a auditoria por empresa designada para esse efeito. Consequentemente a FENACAM deixou de prestar trabalhos àquelas mesmas Caixas, sob pena de se incorrer em risco de duplicação da prestação destes serviços. Ainda nessa sequência, embora então com alargamento a medida que assim deixou de visar apenas as referidas 20 Caixas para se estender à totalidade delas, foi anunciada a extinção do Serviço de Auditoria para o final de 2016, tendo despoletado a saída de auditores, que se foi concretizando ao longo de todo o ano, com impacto ao nível de planeamento e execução dos trabalhos.

Continuaram a utilizar-se os instrumentos operacionais de gestão de informação disponíveis no SICAM, de forma a se retirar deles a máxima rentabilidade e tendo por objectivo alcançar a maior eficiência no cumprimento das funções de auditoria.

Esclarecimentos prestados

Durante o ano de 2016, por solicitação, em geral, de Caixas Agrícolas, os frequentes esclarecimentos sobre questões técnicas de diversa natureza continuaram a ser efectuados, directamente pelos auditores.

Foram igualmente prestados esclarecimentos sobre as auditorias e correspondentes relatórios aos técnicos do Banco de Portugal, sempre que solicitado.

Envolvimento, por solicitação dos Tribunais ou das CCAM, em processos judiciais

Durante o ano de 2016 foi solicitada a presença de 2 auditores para prestarem declarações como testemunhas em Tribunais (Judicial, Administrativo, Fiscal e do Trabalho). Foram também emitidos relatórios de peritagem sobre processos judiciais envolvendo Caixas Agrícolas tendo sido despendidos 15 dias úteis no total.

Restante Actividade

Além dos trabalhos de auditoria, os esclarecimentos prestados e o envolvimento nos processos judiciais, no decurso de 2016 o Serviço de Auditoria desenvolveu, a partir da sede, toda uma actividade respeitante ao seu próprio funcionamento, de entre a qual merece especial destaque a produção e divulgação de 3 Normas Técnicas dirigidas a auditores, 14 Informações Técnicas igualmente para auditores, 3 Circulares e 36 Informações à Direcção e ao Conselho de Administração da FENACAM.

Quanto à formação externa, no decorrer de 2016, 1 auditor frequentou uma acção de formação sobre "NIC – Demonstrações Financeiras em base individual Aviso n.º 5/2015, do Banco de Portugal".

SERVIÇO DE PRODUÇÃO DOCUMENTAL E APROVISIONAMENTO (SPDA)

Desde a primeira hora que havia a clara consciência que a concretização dos objectivos estabelecidos para 2016 só seria possível com a colaboração de todos, o que se verificou. Para isso foi determinante uma estratégia de aposta e envolvimento dos recursos disponíveis, a par da procura de optimização de processos, nas diferentes áreas do serviço:

Aprovisionamento

No âmbito do aprovisionamento e sob a égide do constante apoio às Caixas e empresas do Grupo, foram desenvolvidas actividades com vista a:

- consolidar a importância enquanto fornecedor de referência, melhorando os produtos e serviços disponibilizados, nomeadamente através da procura de melhores soluções para as cada vez mais complexas exigências do mercado;
- assegurar a qualidade dos bens e serviços fornecidos, desde o atendimento até à entrega de encomendas, constituindo aqui peça essencial a regularidade e fiabilidade das entregas sejam elas centralizadas pelas sedes das Caixas ou, opcionalmente, descentralizadas nas respectivas agências;
- reforçar o relacionamento com as Caixas, na perspectiva da agilização das soluções que diariamente se impõe, com vista a ultrapassar os mais diversos constrangimentos ao nível do fornecimento de bens (impressos, consumíveis de papelaria e informáticos, equipamentos de tratamento de dinheiro e de escritório, brindes institucionais) e serviços, particularmente no domínio da assistência técnica;
- manter actualizadas as especificações que, em matéria de equipamentos de tratamento de dinheiro, garantem às Caixas o total cumprimento das constantes alterações das normas em vigor, com destaque para a temática da detecção de notas falsas. Com efeito, foi dada especial atenção à sensível problemática da recirculação de notas e apresentação de respectivo reporte periódico junto do Banco de Portugal, bem como ao prolongamento da vida útil dos equipamentos através da sua adaptação e actualização para as novas notas de euro “série Europa”, mediante a sua entrada em circulação estabelecida pelo BCE.

Ainda no domínio do aprovisionamento importa realçar o sucesso alcançado com a disponibilização da plataforma de compras online, actualmente denominada de FENACAMLoja365. Em 2015, a plataforma registou 1.488 encomendas online, e em 2016 este número passou para os 2.718 pedidos online – que se afirmou já como meio prático e seguro para realização de encomendas pelas Caixas, permitindo também um melhor controlo sobre os custos subjacentes a cada encomenda. Este sistema não prejudica a recepção que

ainda se vai fazendo de diversas solicitações/encomendas nos termos anteriormente utilizados (e-mail ou fax).

Em 2016, o volume total das Vendas atingiu o valor de 2.062.807 € (s/IVA), representando as Vendas de Mercadorias 1.765.310 € (s/IVA), e a Venda de Cheques 297.497 € (s/IVA).

Produção Documental

Esta área representa um importante activo para o Crédito Agrícola, pois trata-se de um centro de produção documental que é pertença das Caixas Agrícolas, garantindo a reserva e confidencialidade dos documentos, essencial nesta actividade. Disponibiliza uma estrutura tecnologicamente evoluída, com elevados níveis de desempenho e qualidade de serviço, reconhecidos pelas Caixas Agrícolas e Empresas do Grupo.

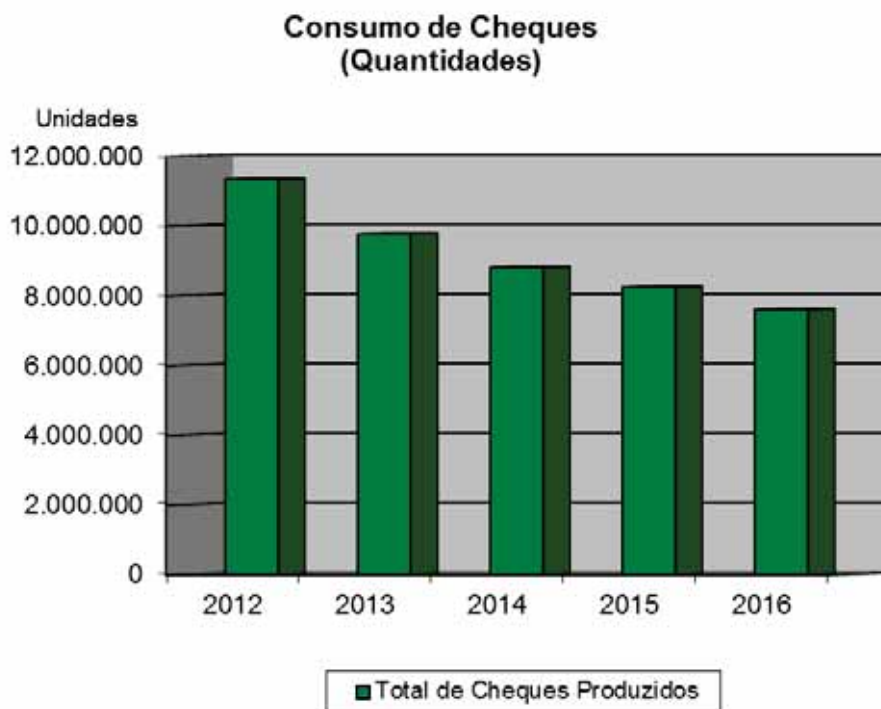
Quanto aos documentos disponibilizados em suporte informático, através do serviço de comunicação digital e oferecidos pela plataforma Crédito Agrícola Online, registamos um aumento de cerca de 27%, comparativamente a 2015, representando este crescimento uma maior utilização do referido canal, cuja taxa de utilização, em termos de volume de documentos transaccionados, está já equiparada ao tradicional envio de documentos em suporte físico, via expedidor postal.

Conforme mencionado no Plano de Actividades e Orçamento para 2016, registou-se um aumento ao nível da produção de documentos, em 2.838.077 documentos produzidos face a 2015 (aumento de 12,16%), situação justificada pelas actuais regras de comunicação, bem como pela obrigatoriedade de informação remetida aos clientes, segundo imposição do regulador.

Ainda em 2016, procedeu-se a uma redução significativa do preçário aplicado à área da produção documental, redução que se fixou em 20%, traduzindo-se esta medida numa poupança para as Caixas na ordem dos 650.000€ (s/IVA), se a isso somarmos também o efeito do desconto de 2015.

Gestão de Cheques

No que concerne ao fornecimento de cheques, continuamos a dedicar especial atenção ao cumprimento dos requisitos de segurança a que deve estar sujeita a respectiva produção. Para tanto tem-se mantido o cuidadoso acompanhamento de todo o processo, fazendo-o corresponder a elevados padrões de qualidade. Para além de garantir a fiabilidade e segurança dos próprios documentos (cheques), foi também dedicada atenção à produção de cheques carta e cheques personalizados para os Clientes das Caixas Agrícolas.



Durante o último ano constatamos a tendência para a diminuição contínua do consumo de cheques (situação generalizada ao nível da Banca), passando de 8,2 milhões destes títulos produzidos em 2015, para 7,6 milhões de cheques em 2016.

15

Apoio Administrativo

Sendo o SPDA um serviço de apoio directo às Caixas e Empresas do Grupo, usa para o efeito vários canais, através dos quais disponibiliza a necessária informação, de entre os quais merecem destaque a plataforma informática de compras online, via CAIS e a página web da FENACAM. No Apoio Administrativo merece destaque:

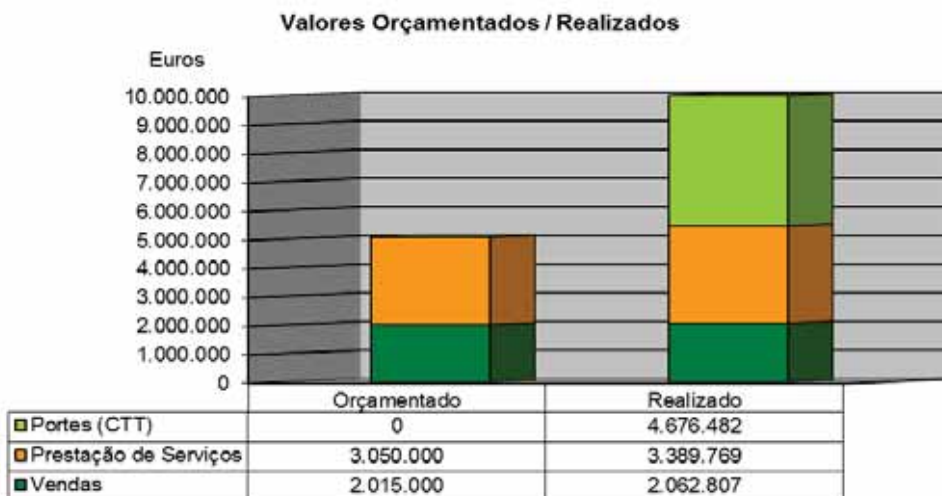
- a produção de 418 ofícios, 1.421 faxes, 19 informações e ainda 24 circulares, todas enviadas para as Caixas;
- emissão de 13.651 facturas, 471 notas de crédito e 271 guias de consumo interno. Registamos ainda 1.763 guias de entrada em armazém e 1.443 notas de encomenda.

Outras actividades desenvolvidas

- Consolidação do funcionamento da plataforma de compras online "FENACAMLoja365", que no final de 2016 era já utilizada por cerca de 75% do universo das Caixas;

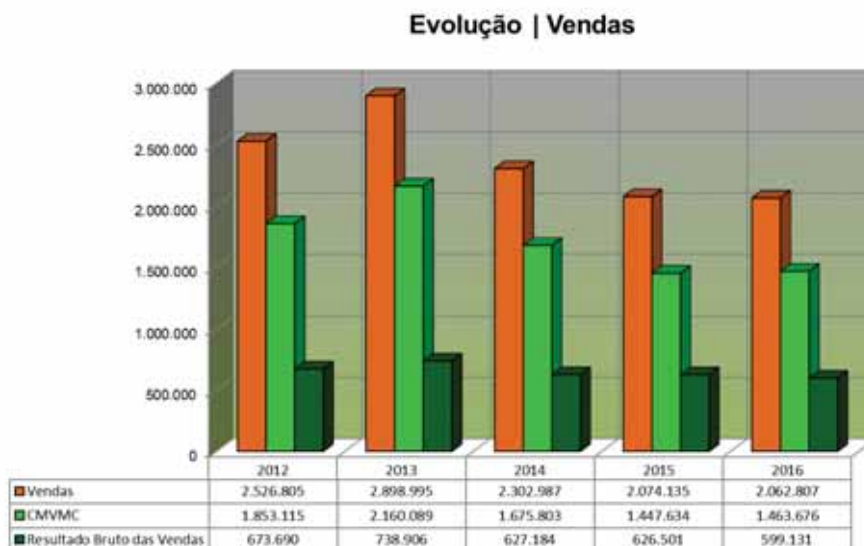
- Gestão dos contratos de assistência técnica para o parque de máquinas de tratamento de dinheiro, instalado no Crédito Agrícola e apoio no âmbito da recirculação de numerário e reporte de dados para o Banco de Portugal;
- Renegociação do contrato de fornecimento de cheques para o Crédito Agrícola, através de realização de consulta a fabricantes nacionais;
- Gestão dos contratos para os equipamentos de impressão “Impressoras e Multifunções”, e apoio às Caixas na substituição de equipamentos e assistência técnica ao parque de máquinas instalado;
- Apoio aos serviços centrais da FENACAM, com especial preponderância na elaboração, produção e expedição de circulares e newsletters, de iniciativa da Administração e de outros serviços da Federação;
- Prestação de serviços de consultoria informática, decorrente da parceria estabelecida com a CA Seguros, para gestão e produção documental, serviço que também está disponível na área de banca “Crédito Agrícola”;
- Participação em projectos, conjuntamente com a Caixa Central e CA Serviços, com o objectivo de criação de novos documentos bancários a disponibilizar através da estrutura produtiva da FENACAM (projecto de criação de processo de declarações electrónicas de penhoras, projecto SEPA para débitos directos, alterações ao extracto integrado e de cartões);
- Desenvolvimento e criação dos brindes institucionais (ex.: agendas, plannings e calendários);
- Renegociação do contrato de prestação de serviços para transporte de mercadorias em território nacional, mediante consulta de fornecedores;
- No seguimento das linhas de orientação definidas para 2016, assegurou-se o controlo das rubricas de custos, aqui se incluindo custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos de serviços contratados, custos dos materiais de embalagem, custos de transporte, alcançando-se uma considerável redução de custos, mas mantendo-se o bom desempenho.

Resultados da Actividade



A actividade desenvolvida pelo Serviço de Produção Documental e Aprovisionamento durante este exercício voltou a registar bons indicadores, sendo que em vendas e prestação de serviços, o valor total foi de 5.452.576 € (valor s/ IVA) superando em 387.576 € o valor orçamentado (de 5.065.000 €). Esta cifra representa um aumento de 7,65% face ao orçamentado. Foi ainda facturado em 2016, às Caixas Agrícolas e Empresas do Grupo o valor de 4.676.482 €.

17



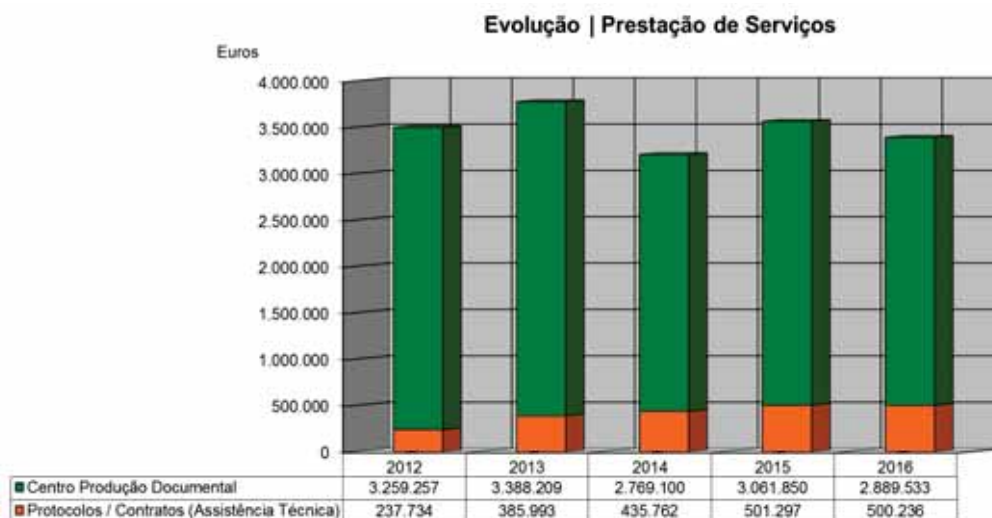
No que respeita estritamente a vendas, em 2016 registou-se o valor total de 2.062.807 € (valor s/ IVA), que inclui:

- venda de mercadorias no valor de 1.765.310 € (valor s/ IVA) que, comparativamente com o valor alcançado em 2015 (1.724.979 € valor s/ IVA), corresponde a um crescimento de 2,34%.

De referir que o valor alcançado nesta rubrica superou o valor orçamentado, registando um ligeiro crescimento face ao ano de 2015, impulsionado pela necessidade de algumas Caixas procederem à adaptação e modernização do respectivo parque de máquinas, em matéria de equipamentos de tratamento de dinheiro (em virtude da exigência de reporte de dados, no âmbito da recirculação de notas euro, junto do Banco de Portugal).

- venda de cheques no montante de 297.497 € (s/ IVA), o que, comparativamente com o obtido em 2015, (349.156 € s/IVA), representa um decréscimo na ordem dos 14,80%. Este quadro justifica-se por duas ordens de razão: a primeira prende-se com a natureza deste meio de pagamento, cuja utilização tende a diminuir por desadequação face aos mais modernos meios (tendência generalizada na Banca), com consequência directa na quebra de produção do produto; o segundo tem que ver com a deliberação estratégica do Conselho de Administração da FENACAM para 2016, que estabeleceu uma redução generalizada ao preçário de cheques na ordem dos 10%, que também teve impacto directo no valor final alcançado nesta rubrica.

18



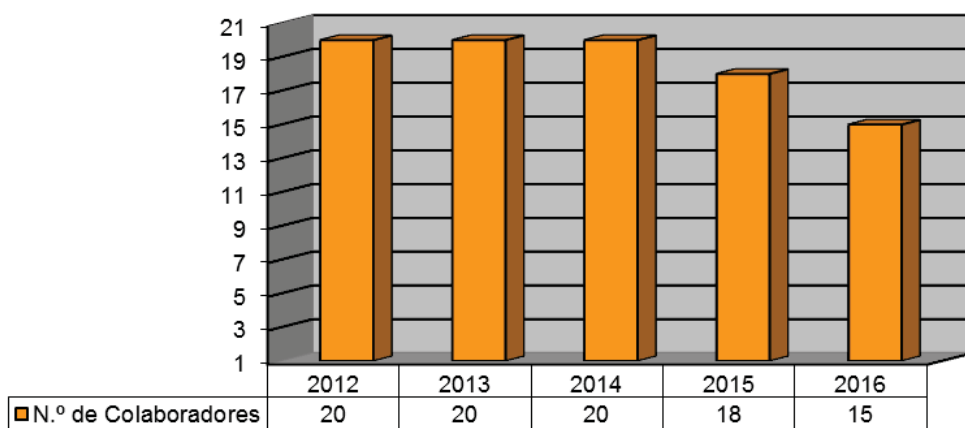
A Prestação de Serviços engloba duas rúbricas:

- Centro de Produção Documental, que em 2016 registou o valor de 2.889.533 € (valor s/ IVA). Da comparação com apurado em 2015 (3.061.850 € s/ IVA), constata-se uma redução na ordem dos 5,63%, consequência da já mencionada estratégia do Conselho de Administração da FENACAM, em matéria de redução do preçário. Esta redução de preços, com impacto directo no volume de receita alcançada em 2016,

foi de certa forma minimizada, pelo aumento da produtividade de documentos bancários que registou um aumento de 12,16% face ao ano de 2015 (conforme anteriormente mencionado).

- Protocolos e Contratos de Assistência Técnica, a actividade apresentou desempenho idêntico ao registado em 2015.

SPDA Colaboradores



Em 2016, registamos a saída de três colaboradores (1 Administrativo, 1 Comercial e 1 Técnico de Informática), que se encontravam em regime de contrato a termo. A equipa de trabalho do SPDA, durante o ano de 2016 passou a ser constituída por 15 colaboradores, registando uma redução de 16,67% face a 2015.

FENACAM 2020

Já no decorrer da fase final do ano de 2016 foi iniciado o projecto FENACAM 2020 que tem como grande objectivo continuar a assegurar ao Grupo todo o apoio e informação relacionada com as oportunidades que poderão advir da execução dos apoios comunitários enquadrados no “Portugal 2020”.

Com a disponibilização deste serviço pretende-se dar continuidade ao trabalho já desenvolvido, em particular mantendo a capacidade de resposta no apoio e esclarecimento de dúvidas às CCAM e seus clientes que demonstrem interesse em desenvolver um determinado projecto de investimento que permita também explorar as possibilidades de co-financiamento junto do Portugal 2020. A FENACAM 2020 aposta no reforço das capacidades de apoio técnico na preparação das candidaturas e submissão das mesmas, através da actualização da sua Bolsa de Recursos Técnicos da FENACAM e da monitorização dos resultados alcançados pelos recursos da Bolsa.

No decurso do primeiro semestre de 2016, ainda neste âmbito e através do extinto GTI, foram desenvolvidas inúmeras actividades, entre as quais se destacam as seguintes:

Divulgação e Informação

No âmbito das suas competências no que se refere à divulgação de informação junto do Crédito Agrícola, seus associados e clientes sobre o novo período de programação de Fundos Comunitários, com particular destaque para os incentivos decorrentes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do Fundos Social Europeu (FSE) e do FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural), foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Realização de **1 acção de formação** direccionada aos colegas da “Linha Directa” da Caixa Central, no sentido de capacitar os colegas com informação relativa aos Fundos Comunitários e à programação nacional relacionada com o Portugal 2020, permitindo-lhes uma melhor resposta aos primeiros contactos dos clientes e um melhor reencaminhamento dos assuntos internamente.
- Mais de **14 reuniões de trabalho** com as CCAM, nas quais se discutiram e trabalharam não só formas de colaboração entre as Caixas e a FENACAM, a forma como potenciar a utilização da plataforma electrónica da Bolsa enquanto sistema de informação útil para os colaboradores das CCAM, como também a intensificação de parcerias com outros actores locais e vários esclarecimentos a clientes.
- Publicação de **um anúncio para os associados da API – Associação Portuguesa de Imprensa**, em parceria com



a Caixa Central, em Abril de 2016, no qual se divulgou não só a imagem do Crédito Agrícola como um parceiro financeiro dos promotores que pretendem aceder ao Portugal 2020, como também a Bolsa de Recursos Técnicos da FENACAM.

- Publicação de **5 Newsletters** durante 2016, enviadas aos Conselhos de Administração de todas as Caixas Agrícolas associadas. As Newsletters foram disponibilizadas gratuitamente às CCAM, com a informação mais relevante sobre as novidades que vão sendo publicadas ao nível dos apoios do Portugal 2020, bem como com outras informações relacionadas com as actividades do gabinete e das CCAM em torno da temática dos Fundos Comunitários.
- Diversas **outras iniciativas** não quantificáveis nas quais se incluem:
 - Acções de colaboração e parceria junto da Associação Portuguesa de Imprensa (divulgação de iniciativas da FENACAM, junto dos associados da API, apoio técnico e participação em reuniões de trabalho);
 - Dinamização de uma reunião de trabalho e visita ao tecnopolo, em Fevereiro 2016, entre a FENACAM, a CCAM do Ribatejo Norte e Tramagal a TAGUSVALLEY e a CONFAGRI no sentido de estudar uma parceria entre estas entidades com o fim último de potenciar eventuais novos negócios para o Crédito Agrícola decorrentes das sinergias a fomentar entre as Federações da CONFAGRI e os serviços prestados por este Parque de Ciência e Tecnologia bem como pela FENACAM.
 - Participação e representação da FENACAM no âmbito de um conjunto diversificado de seminários e sessões públicas relacionadas com o Portugal 2020 e com os apoios ao investimento.
 - Realização de inúmeras reuniões durante com empresas referenciadas como potenciais interessadas em fazer parte da Bolsa de Recursos Técnicos da FENACAM.



Assistência Técnica

Uma das nossas principais actividades foi prestar assistência técnica ao grupo Crédito Agrícola através da dinamização e coordenação/gestão de uma "**Bolsa de Recursos Técnicos**" com recurso a técnicos internos e externos à Federação e às Caixas Agrícolas, para apoio à elaboração de candidaturas aos diversos sistemas de incentivos dos diferentes Fundos Comunitários. Neste âmbito foram promovidos contactos num total de 216 entidades referenciadas (9 das quais em 2016), uma Bolsa com 45 recursos externos, com protocolo assinado (a maioria entidades de consultoria com experiência demonstrada), acrescida de

alguns recursos internos que algumas das Caixas referenciam para registo na Bolsa, juntamente com os primeiros contactos dos recursos técnicos da CONFAGRI-Project.

A Bolsa conta actualmente com uma cobertura territorial nacional, do Norte ao Algarve, com capacidade para prestar assistência técnica aos clientes do Crédito Agrícola em todas as temáticas de actividade e tipologias de apoios comunitários.

Foram igualmente desenvolvidos **outros trabalhos de assistência técnica**, via presencial (reuniões de trabalho, nalguns casos com a presença também dos recursos da Bolsa), por telefone e por e-mail, junto dos colegas das CCAM e dos seus clientes, em particular no esclarecimento de diversas dúvidas técnicas e no enquadramento dos projectos dos clientes nas temáticas do Portugal 2020 e dos respectivos Fundos Comunitários.

Reforça-se que a **Bolsa de Recursos Técnicos da FENACAM** é um **serviço gratuito disponibilizado às Caixas de Crédito Agrícola** que queiram aderir, que inclui um **sistema de informação e de monitorização** de todas as intenções de investimento que surjam dos seus clientes que necessitem de apoio à elaboração de candidaturas ou de serviços adicionais de consultoria que não existam nas CCAM.

O sistema de informação, disponibilizado numa plataforma electrónica criada para o efeito, permite à CCAM acompanhar o procedimento desde o contacto do cliente junto do colaborador da Caixa até à prestação do serviço de apoio por parte do recurso da Bolsa, momento de submissão da candidatura e execução da mesma. A plataforma permite ao colaborador da CCAM e seus responsáveis o acompanhamento (incluindo sistema de alertas, mensagens e inquéritos de satisfação) da execução desse apoio técnico, que se torna principalmente relevante quando é prestado por um recurso externo.

A dinamização da Bolsa e a potenciação dos seus recursos, devidamente aproveitada pelas CCAM e clientes e apoiada por iniciativas do serviço FENACAM 2020, poderão promover no longo prazo a captação de novos clientes e de novos negócios para o Crédito Agrícola.

O projecto "FENACAM 2020" devido ao seu carácter muito exclusivo de prestador de serviço, como promotor e potenciador de negócio para as Caixas, não arrecada receitas directas para a Federação, mas, em contrapartida, proporciona as mesmas na exploração das Caixas.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

As participações detidas pela FENACAM à data de **31/12/2016** são as seguintes:

Entidade	Acções Nº	Valor Nominal (€)	Valor Unit. Aquisição (€)	% Capital Detido	Valor Total (€)	Ajustamento Existente (€)	Valor Líquido (€)
CONFAGRI	2.800	5,00	5,00	15,76%	14.000,00	0,00	14.000,00
SUCRAL	12.254	25,00	26,91	8,94%	329.742,38	(77.982,08)	251.760,30
MAP	82.535	5,00		5,42%	220.238,36	-	220.238,36
ADRAL	400	4,99	4,99	0,40%	1.996,00	(666,37)	1.329,63
					565.976,74	(78.648,45)	487.328,29

CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL

Tem como objecto principal contribuir, por si ou em associação com outras entidades nacionais e internacionais, para o crescimento e desenvolvimento equilibrado e eficaz do sector cooperativo em Portugal, especialmente da agricultura. Agrupa estruturas cooperativas do ramo agrícola e do sub-ramo do crédito agrícola mútuo, bem como de outros ramos do sector cooperativo.

A FENACAM tem representação na Assembleia Geral da CONFAGRI através de 20 delegados (Órgãos Sociais da Federação, diversas CCAM representativas das principais zonas geográficas do país e 3 personalidades de honra do CA). A Federação tem ainda participação efectiva em todos os Órgãos Sociais da Confederação, detendo a Vice-Presidência da Direcção e as Presidências da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal.

MAP – Mercado Abastecedor do Porto, S.A.

Esta sociedade é uma destacada plataforma comercial grossista contribuindo para o desenvolvimento da economia local. A Federação integra a presidência do Conselho Fiscal desta participada. O desempenho desta participada gerou dividendos à FENACAM conforme mapa explicativo:

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS MAP				
Ano	2013	2014	2015	2016
Montante	20.328,50	20.633,75	20.633,75	33.014,00

SUCRAL – Sociedade Industrial de Açúcar, S.A.

Apesar do seu objecto ser a produção industrial, a comercialização de açúcar e produtos derivados, actualmente a actividade da SUCRAL resume-se à administração da participação social que detém junto da DAI – Sociedade de Desenvolvimento Agro-Industrial, S.A., a qual se dedica à produção de açúcar. Ao longo dos anos esta sociedade tem obrigado a FENACAM a registar ajustamentos motivados por prejuízos sucessivo, totalizando actualmente uma imparidade de 77.982,08 euros.

ADRAL – Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.

A ADRAL é uma estrutura regional onde participam actualmente 66 parceiros/accionistas públicos e privados, com experiência relevante em todos os sectores de actividade económica, empresarial, social, de investigação e desenvolvimento, com profundo conhecimento da realidade regional alentejana. Uma das suas principais tarefas é a cooperação com todos os actores locais, promovendo iniciativas comuns e projectos conjuntos, visando a promoção, divulgação e desenvolvimento do Alentejo. Este ano foi constituída uma imparidade 666,37 euros.

A FENACAM integra o Conselho de Administração desta sociedade.

RESULTADOS E EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS

A Federação encerrou o exercício de **2016** com um **Resultado Líquido** de **20.601,82 euros**.

	2014	2015	2016
Resultados Operacionais	179.096,33	(317.905,01)	73.615,25
Resultados Financeiros	19.016,69	13.068,06	1.491,97
Resultado Líquido	91.220,46	(394.902,61)	20.601,82

Euros

Este resultado incorpora uma provisão de € 134.000,00 criada no âmbito da reestruturação da FENACAM e o reconhecimento do desconto acumulado de **20%** às CCAM na Produção Documental.

Com vista a permitir uma melhor apreciação das demonstrações financeiras, apresentam-se de seguida algumas notas explicativas às principais rubricas:

Rendimentos

Vendas

Esta rubrica reflecte as vendas da área de Aprovisionamento do SPDA às CCAM, Empresas do Grupo e outros clientes. Apresenta uma ligeira subida de 2,3% em relação a 2015.

A sua evolução é a que se pode observar no quadro seguinte:

Evolução do Resultado Bruto das Vendas de Mercadorias						
	2014	% r _{14/13}	2015	% r _{15/14}	2016	% r _{15/16}
Vendas Mercadorias	1.934.447,34	-22,54%	1.724.978,82	-10,83%	1.765.310,04	2,34%
Custo Mercadorias	(1.540.352,74)	-22,33%	(1.306.481,32)	-15,18%	(1.344.308,91)	2,90%
Resultado Bruto	394.094,60	-23,33%	418.497,50	6,19%	421.001,13	0,60%
% Margem Bruta	20%		24%		24%	

Euros

Adicionalmente existe também a venda de cheques, totalizando em 2016 um montante de 297.497,40 euros, face ao ano de 2015 que acumulou 349.156,18 euros.

Prestação de Serviços

Evolução das Prestações de Serviços						
SATA	2014	% r _{14/13}	2015	% r _{15/14}	2016	% r _{16/15}
Avaliações	816.252,38	-12,99%	805.954,80	-1,26%	865.763,33	7,4%
Assistência Técnica CCAM	436,45	-73,08%	0,00	-100,00%		
Peritagens	5.715,00		7.230,00	26,51%		-100,0%
Certificação Energética/Outros	441,17	-97,30%	0,00	-100%	1.091,40	
TOTAL SATA	822.845,00	-14,31%	813.184,80	-1,2%	866.854,73	6,6%

Euros

Euros						
SPDA	2014	%	2015	%	2016	% r16/15
Protocolos SPDA	435.761,98	12,9%	501.297,43	15,0%	500.236,16	-0,21%
CPD - Centro Prod. Documental	2.769.099,52	-18,3%	3.061.850,12	10,6%	2.889.533,03	-5,63%
TOTAL SPDA	3.204.861,50	7,0%	3.563.147,55	11,2%	3.389.769,19	-4,87%

SAUD	2014	% r14/13	2015	% r15/14	2016	% r16/15
Auditorias a Associadas e n/ Associadas +Fundo Garantia	286.794,30		175.594,55	-38,8%	327.156,76	86,3%
TOTAL SAUD	286.794,30		175.594,55	-38,8%	327.156,76	86,3%

TOTAL DOS SERVIÇOS	4.314.500,80		4.551.926,90	5,5%	4.583.780,68	0,7%
---------------------------	---------------------	--	---------------------	-------------	---------------------	-------------

O valor global desta rubrica apresentou um acréscimo de 1% face ao realizado em 2015, com o seguinte detalhe:

- Os proveitos totais do **SATA** apresentam um acréscimo de 7,4% em 2016 face ao ano anterior;
- Os proveitos resultantes dos **Protocolos SPDA**, serviço prestado às CCAM, beneficiando de acordos com diversos fornecedores a nível de assistência a equipamentos, mantiveram um valor semelhante a 2015, ainda assim, registou um acréscimo de 25% acima do orçamentado;
- Os proveitos afectos ao **Centro de Produção Documental (CPD)**, apresentaram um decréscimo de 5,6% face ao ano anterior, reflexo da redução do precário às CCAM.
- O valor dos proveitos do **SAUD** em 2016 compreende auditorias facturadas a 46 CCAM, e a facturação de anos anteriores diz respeito quase na totalidade à comparticipação do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo.

Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica contém os seguintes rendimentos e ganhos:

- Quotização Estatutária Fixa – 170.000,00 euros;
A quotização anual devida pelas CCAM associadas, conforme redacção anterior do Art. 35º dos Estatutos foi a seguinte:

Euros									
Evolução da Quotização Estatutária									
	2014			2015			2016		
	Nº CCAM Associadas	Valor	% r14/13	Nº CCAM Associadas	Valor	% r15/14	Nº CCAM Associadas	Valor	% r16/15
Quotização Fixa		187.500,00	-3%		182.500,00	-3%		170.000,00	-7%
Quotização Variável	76	576.148,83	-9%	74	553.889,52	-4%	68		n.a
Quotização Caixa Central		125.000,00	0%		125.000,00	0%			n.a
Total		888.648,83	-8%		861.389,52	-3%		170.000,00	-407%

- Outros Ganhos provenientes da venda de activos no montante de 20.373,20 euros, alguns descontos P.P. obtidos no valor de 3.471,90 euros e 24.541,40 euros provenientes do desreconhecimento de custos do ano anterior – Notas de Crédito e Fundo de Pensões.

Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Os Juros e Rendimentos Similares Obtidos não têm expressão devido à redução nas Taxas de Juros.

Gastos

Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC)

Esta rubrica pode dividir-se do seguinte modo:

Euros			
CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas			
	2014	2015	2016
Consumo de Mercadorias			
Aprovisionamento	1.540.352,74	1.306.481,32	1.344.308,91
Gestão de Cheques			
Cheques	153.450,74	141.152,68	119.367,50
Consumo de Matérias Primas			
CPD – Centro Produção Documental	89.404,21	174.171,96	116.753,10
TOTAL	1.783.207,69	1.621.805,96	1.580.429,51

27

Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)

Esta rubrica teve um decréscimo de 5,29% face a 2015, conforme se verifica:

Euros							
Evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos							
	Acumulado a 31-dez-16	Acumulado a 31-dez-15	2015/2016		2016	DESVIO	
			Valor	%	Orçamentado	Valor	%
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	1.783.005,15	1.765.351,48	17.653,67	0,01	1.905.067,00	-122.061,85	-6,41%
MATERIAIS	13.915,74	50.566,52	-36.650,78	-72%	23.980,00	-10.064,26	-42%
ENERGIA E FLUIDOS	83.343,92	99.325,85	-15.981,93	-16%	99.800,00	-16.456,08	-16%
DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSP.	172.408,07	239.114,56	-66.706,49	-28%	225.000,00	-52.591,93	-23%
SERVIÇOS DIVERSOS	144.959,41	166.088,84	-21.129,43	-13%	165.343,00	-20.383,59	-12%
TOTAL	2.197.632,29	2.320.447,25	-122.814,96	-5,29%	2.419.190,00	-221.557,71	-9,16%

Da análise à estrutura de FSE constata-se que em 2016 as rubricas com maior expressão são, por esta ordem, Trabalhos Especializados (71,07%), Conservação e Reparação de Viaturas, Equipamentos e Instalações (7,74%) Deslocações e Estadas (5,96%), Energia e Fluidos (3,79%) e Comunicações (2,81%).

Os Serviços Especializados apresentam os valores com maior peso na estrutura dos FSE.

Esta rubrica regista a maior variação ao orçamentado pelo facto de a sua estrutura integrar os Trabalhos Especializados e a Conservação e Reparação, nestas rubricas são registadas o Contrato XEROX, as reparações da frota automóvel, os custos dos Protocolos SPDA, os gastos com a Coordenação do SAUD, os Serviços Rimo e outros.

Gastos com o Pessoal

Os Gastos com Pessoal apresentam em 2016 um decréscimo na ordem dos 21,57% em relação a 2015.

A diminuição deste custo resulta essencialmente da saída de alguns Técnicos afectos ao Serviço de Auditoria acrescidos dos respectivos acertos e também da saída de alguns colaboradores com contrato a termo.

Outros Gastos e Perdas

Nesta rubrica estão registadas os seguintes valores mais significativos:

- **Quotizações** pagas a outras entidades nacionais (CONFAGRI) e internacionais (IRU, CICA, AEBC e OCPLP) a que a Federação se encontra associada – 20.734,51 euros;
Euros

Quotizações pagas em 2016 para organizações Nacionais e Internacionais

Entidade	Valor
CONFAGRI - Confederação das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola	1.018,01
AEBC (Associação Europeia de Bancos Cooperativos)	15.221,50
CICA (Confederação Internacional do Crédito Agrícola)	3.675,00
IRU (União Internacional de Raiffeisen)	620,00
OCPLP	200,00
TOTAL	20.734,51

- **Regularizações de Inventários** – Aproveitamento de excedentes em armazém distribuídos na Feira Nacional de Agricultura;
- **Correcções de Períodos Anteriores**, referentes a excedentes de facturação de Fornecedores de Serviços, desconhecidos à data do fecho das operações de 2016.
- **Comissões Bancárias** referentes a pagamentos a fornecedores, **Imposto Único Automóvel** e **Impacto do Fundo de Pensões**;

Euros

Outros Gastos e Perdas

	2014	2015	2016
IUC - Lig. Passageiros + Mercadorias	1.761,84	1.793,84	1.392,06
Correcções Períodos Anteriores	881,05	71.147,66	52.058,48
Regularizações de Inventários	17.763,46	32.298,46	20.768,39
Serviços Bancários	2.844,67	2.944,12	1.446,70
Outros Gastos e Perdas	8.623,73	16.171,87	18.251,51

Gastos/Reversões; Depreciações e Amortizações

As amortizações do exercício foram efectuadas respeitando as taxas constantes do Decreto Regulamentar n.º 25/2009, não tendo sido efectuadas quaisquer amortizações extraordinárias.

Relativamente às viaturas foi utilizada uma taxa inferior (20%) à taxa máxima do decreto (25%), atendendo ao período de utilização (5 anos).

Juros e Gastos Similares Suportados

Esta rubrica, diz respeito a Juros de dois bens adquiridos em regime de locação financeira (252,35 €).

Imposto Estimado

O imposto de 53.766,90 euros, sobre o rendimento do exercício, foi estimado de acordo com o Código do IRC.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De harmonia com o disposto no nº 1 do artº 38º dos Estatutos propõe-se que o **Resultado Líquido** do exercício de **2016**, no montante de **20.601,82 euros (vinte mil, seiscientos e um euros e oitenta e dois cêntimos)** seja aplicado da seguinte forma:

Proposta de Aplicação de Resultados 2016			Euros
Reservas Legais	20%		4.120,36
Reservas Educação e Formação Cooperativa	5%		1.030,09
Transferência para Resultados Transitados			15.451,37

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as entidades que connosco colaboraram, nomeadamente às entidades oficiais e, em especial, às Caixas Agrícolas nossas associadas e também à Caixa Central e Empresas do Grupo CA.

Agradecemos ainda aos Colaboradores da Federação pelo empenho, profissionalismo, e responsabilidade no cumprimento das suas funções, bem como a todos os restantes Órgãos Sociais da FENACAM.

Prior Velho, 02 de Março de 2017.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Jorge Manuel da Piedade Volante

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Porto de Mós

Vice-Presidente

João Lázaro da Cruz Barrote

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sotavento Algarvio

Vogal

Alberto Gonçalo Resende Moreira Festa

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Esposende

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Balanço

FENACAM - FEDERAÇÃO NACIONAL DAS CAIXAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO FCRL

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em euros)

	Notas	2016	2015
Activo			
Activos fixos tangíveis	5	2.243.905	2.372.915
Activos intangíveis	6	47.101	83.661
Participações financeiras - outros métodos	7	488.427	489.078
Activos por impostos diferidos	8	150.672	165.568
Total dos Activos Não Correntes		2.930.105	3.111.222
Inventários	9	213.537	268.100
Cientes	10	1.437.885	1.389.198
Estado e outros entes públicos	11	14.052	-
Outros créditos a receber	12	59.361	236.790
Diferimentos	13	67.385	92.323
Outros activos financeiros	14	599.047	-
Caixa e depósitos bancários	4	1.621.498	2.008.037
Total dos Activos Correntes		4.012.765	3.994.448
Total dos Activos		6.942.870	7.105.670
Capitais Próprios			
Capital subscrito	15	495.060	495.940
Reservas legais	16	1.437.368	1.437.368
Outras reservas	16	1.013.783	1.013.783
Resultados transitados	16	1.831.493	2.226.395
		4.777.704	5.173.486
Resultado líquido do período		20.602	(394.902)
Total dos Capitais Próprios		4.798.306	4.778.584
Passivo			
Provisões	17	416.791	348.994
Financiamentos obtidos	18	22.398	2.676
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	20.571	49.566
Total dos Passivos Não Correntes		459.760	401.236
Fornecedores	21	1.062.990	1.162.746
Estado e outros entes públicos	11	244.947	325.355
Financiamentos obtidos	18	10.047	2.819
Outras dívidas a pagar	20	321.368	379.079
Diferimentos	13	45.452	55.851
Total dos Passivos Correntes		1.684.804	1.925.850
Total do Passivo		2.144.564	2.327.086
Total dos Capitais Próprios e do Passivo		6.942.870	7.105.670

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

Demonstração dos resultados por naturezas

FENACAM - FEDERAÇÃO NACIONAL DAS CAIXAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUA FCRL

Demonstração dos Resultados Individuais por Natureza em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2016	2015
Vendas e Serviços Prestados	22	6.646.588	6.626.062
Subsídios à exploração	23	-	182
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7	33.014	20.634
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(1.580.430)	(1.621.806)
Fornecimentos e serviços externos	24	(2.197.631)	(2.320.446)
Gastos com o pessoal	25	(2.622.990)	(3.344.210)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	(5.381)	-
Provisões (aumentos/reduções)	17	(67.797)	(750)
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	7	(913)	(15.853)
Aumentos/reduções de justo valor	14	(953)	-
Outros rendimentos	26	218.397	884.657
Outros gastos	27	(116.192)	(146.056)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		305.712	82.414
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(232.835)	(236.009)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	5	-	(164.309)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		72.877	(317.904)
Juros e rendimentos similares obtidos	28	1.744	13.431
Juros e gastos similares suportados	28	(252)	(363)
Resultado antes de impostos		74.369	(304.836)
Imposto sobre o rendimento do período	29	(53.767)	(90.066)
Resultado líquido do período		20.602	(394.902)

33

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das alterações no capital próprio

FENACAM - FEDERAÇÃO NACIONAL DAS CAIXAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO FCRL

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2016

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							
		Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição em 31 de Dezembro de 2015	1	495.940	-	1.437.368	1.013.783	2.226.395	-	(394.902)	4.778.584
Alterações no período									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de revalorização de activos		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	(394.902)	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	-	-	-	-	(394.902)	-	394.902	-
		-	-	-	-	(394.902)	-	394.902	-
Resultado Líquido do Período	3							20.602	20.602
Resultado Integral	4 = 2 + 3							415.504	20.602
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	5	(880)	-	-	-	-	-	-	(880)
		(880)	-	-	-	-	-	-	(880)
Posição em 31 de Dezembro de 2016	6 = 1 + 2 + 3 + 5	495.060	-	1.437.368	1.013.783	1.831.493	-	20.602	4.798.306
	15 e 16								

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

FENACAM - FEDERAÇÃO NACIONAL DAS CAIXAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO FCRL

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2015

(Valores expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							
	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição em 31 de Dezembro de 2014	1	496.115	-	1.419.124	1.009.222	2.264.170	-	91.220	5.279.851
Alterações no período									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	18.244	4.561	(37.775)	-	(91.220)	(106.190)
	2	-	-	18.244	4.561	(37.775)	-	(91.220)	(106.190)
Resultado Líquido do Período	3							(394.902)	(394.902)
Resultado Integral	4 = 2 + 3							(486.122)	(501.092)
Operações com detentores de capital próprio		(175)	-	-	35	-	-	-	(175)
Outras operações	5	(175)	-	-	-	-	-	-	(175)
Posição em 31 de Dezembro de 2015	15 e 16	495.940	-	1.437.368	1.013.783	2.226.395	-	(394.902)	4.778.584
	6 = 1 + 2 + 3 + 5								

Demonstração de fluxos de caixa

FENACAM - FEDERAÇÃO NACIONAL DAS CAIXAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO FCRL

Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		13.180.054	13.647.242
Pagamentos a fornecedores		(9.194.567)	(8.983.553)
Pagamentos ao pessoal		(2.780.413)	(3.596.588)
Caixa gerada pelas operações		<u>1.205.074</u>	<u>1.067.101</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(95.078)	221.214
Outros recebimentos/pagamentos		(907.351)	(924.171)
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>202.645</u>	<u>364.144</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(11.332)	(21.230)
Activos intangíveis		-	(51.199)
Investimentos financeiros		(600.000)	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		20.372	12.997
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		2.859	16.202
Dividendos		24.354	15.475
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>(563.747)</u>	<u>(27.755)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(24.241)	(22.977)
Juros e gastos similares		(316)	(376)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		(880)	(175)
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		<u>(25.437)</u>	<u>(23.528)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>(386.539)</u>	<u>312.861</u>
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>2.008.037</u>	<u>1.695.176</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	<u><u>1.621.498</u></u>	<u><u>2.008.037</u></u>
Detalhe de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa	4	1.750	1.500
Depósitos bancários	4	1.619.748	2.006.537
		<u><u>1.621.498</u></u>	<u><u>2.008.037</u></u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A FENACAM – Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL (referida neste documento como “FENACAM” ou “Federação”), com sede no Edifício Sagres – Piso 7, no Prior Velho, encontra-se registada na conservatória do registo comercial de Lisboa sob o nº 500 831 732, tendo sido constituída em 29 de Novembro de 1978 por um grupo inicial de cerca de 25 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM). Actualmente são associadas da FENACAM uma larga maioria das CCAM existentes.

O objecto social consiste, de forma resumida: (i) na promoção do desenvolvimento das associadas por todos os meios ao seu alcance, realizando e coordenando as actividades de comum interesse; (ii) velar pela obediência aos princípios e à especificidade do sistema cooperativo do Crédito Agrícola Mútuo; (iii) promoção do apoio técnico e formativo às Caixas Agrícolas; (iv) divulgação e publicitação do Crédito Agrícola Mútuo; (v) representação das Caixas Agrícolas e defesa dos seus interesses comuns junto de todas as entidades públicas, privadas e cooperativas com competência, fins ou actividades conexas com o Crédito Agrícola Mútuo; (vi) organização e manutenção em funcionamento de um serviço de auditoria às Caixas Agrícolas, nos termos da legislação vigente; e (vii) celebração de convenções colectivas de trabalho em representação das Caixas Agrícolas suas associadas e da Caixa Central.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 21 de Fevereiro de 2017. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da FENACAM, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

37

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de Julho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) as quais, no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela FENACAM, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na *Nota 3.21*.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos da Federação, reflectindo as contas individuais da Fenacam – Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

2.4. Adopção pela primeira vez das NCRF

A FENACAM adoptou as NCRF, emitidas e em vigor ou emitidas e adoptadas antecipadamente à data de 31 de Dezembro de 2010, tendo aplicado estas normas retrospectivamente para todos os períodos apresentados.

A data de transição é 1 de Janeiro de 2009, e a FENACAM preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da FENACAM e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para SNC, e os custos de aquisição para activos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de activos tangíveis são reconhecidos como parte custo de construção do activo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos activos são reconhecidos no custo do activo ou reconhecidos como um activo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo puder ser mensurado com fiabilidade; a quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida do Balanço.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com a desmontagem, desmantelamento ou remoção de activos, quando se traduzam em montantes significativos, serão considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos.

As vidas úteis estimadas para os activos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 2 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 3 e 8 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 6 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 10 anos
Taras e vasilhame	7 anos
Outros activos tangíveis	Entre 4 e 10 anos

As vidas úteis dos activos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

39

3.3. Activos Intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos separadamente reflectem, em geral os benefícios económicos futuros esperados e compreendem:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo, para o seu uso pretendido.

A FENACAM valoriza os seus activos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Activos intangíveis, que define que um activo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os activos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

3.4. Imparidade de activos

Os activos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a FENACAM avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respectiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.5. Activos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos activos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros podem ser classificados/ mensurados:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A FENACAM classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os activos financeiros que (i) em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

40

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os activos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contractos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A FENACAM classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado activo, contractos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A FENACAM avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a Empresa reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.6. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. Os inventários referem-se aos produtos comercializados pela FENACAM, objecto de parte da sua actividade económica.

São reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

3.7. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de clientes e outras contas a receber constituem direitos a receber pela prestação de serviços ou vendas no decurso normal do negócio da FENACAM. Estes direitos são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Ajustamento de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 12 meses.

3.9. Capital social

O Capital social da FENACAM é representado por 99.012 títulos de capital nominativos de 5 euros.

41

3.10. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A FENACAM classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contractos derivados associados, que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contracto seja liquidada, cancelada ou expire.

3.11. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquidos de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a FENACAM possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base na responsabilidade de balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

42

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor, ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: (i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou (ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal.

3.13. Benefícios aos empregados

A FENACAM concede complementos de pensões de reforma e sobrevivência, e assegura aos seus empregados e pensionistas um plano de assistência médica, pós-emprego (doravante designado de plano de pensões). Adicionalmente, assegura aos seus empregados que completem 15, 25 e 30 anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade.

➤ Plano de Pensões da FENACAM

Os complementos de reforma, sobrevivência e cuidados de saúde atribuídos aos empregados, constituem um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo constituído, para o qual são transferidas a totalidade das responsabilidades e entregues as dotações necessárias para cobrir os respectivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos. As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações, são estimadas anualmente por actuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projectada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de "rating" elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma e saúde, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço, deduzido do justo valor dos activos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

➤ **Plano de Prémios de Antiguidade da FENACAM**

As responsabilidades assumidas referentes aos prémios de antiguidade constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades com o plano de prémios de antiguidade são idênticos ao referido para o benefício de complementos de reforma e saúde apresentado acima, excepto no que se refere aos activos do plano.

Reconhecimento dos desvios actuariais

Os desvios actuariais resultam de ajustamentos de experiência e alterações nos pressupostos actuariais.

A FENACAM reconhece todos os ganhos e perdas actuariais apurados, de todos os planos em vigor, directamente nos resultados do exercício.

3.14. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a FENACAM: (i) uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de eventos passados; (ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e (iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a FENACAM divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

43

3.15. Subsídios

A FENACAM reconhece os subsídios do Governo, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Outras variações de capital”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos activos a que estão associados. Adicionalmente e uma vez que os subsídios atribuídos à entidade não traduzem um aumento do capital próprio absoluto, já que os mesmos são sujeitos a tributação, a quantia contratualizada com a entidade gera um aumento do capital próprio e a necessidade de reconhecimento do efeito fiscal associado.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada são descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

3.16. Locações

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais a FENACAM detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contracto aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contracto. A dívida resultante de um contracto de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos activos locados, são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação, quando a FENACAM não tem opção de compra no final do contracto, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os activos no final do contracto.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados, durante o período da locação.

3.17. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.18. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da actividade da Sociedade. O rédito da prestação de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: (i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; (ii) é provável que benefícios económicos fluam para a FENACAM; e (iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito é apresentado líquido de quaisquer montantes reais, estimados ou ambos relativos a descontos comerciais, descontos de quantidade e descontos de pré-pagamento. Estes montantes são estimados com base em informações históricas, termos contratuais específicos ou das expectativas futuras relativamente à evolução do rédito, e são deduzidos no momento em que o rédito é reconhecido, mediante a contabilização de passivos e/ou provisões apropriadas. Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

3.19. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da FENACAM são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As principais estimativas e julgamentos reflectidos nas demonstrações financeiras são como segue:

3.19.1 Provisões

A FENACAM analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.19.2 Pressupostos actuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma e assistência médica requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de actualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os activos e as tabelas de mortalidade.

3.19.3 Ativos fixos tangíveis e Ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os activos em questão, considerando também as práticas adoptadas pelo mercado.

3.19.4 Imparidade de ativos não financeiros

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da FENACAM, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à FENACAM. 45

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	2016	2015
Numerário		
- Caixa	1.750	1.500
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	1.053.810	840.599
- Depósitos a prazo	565.938	1.165.938
	1.619.748	2.006.537
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	1.621.498	2.008.037

5. Activos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	2016						
	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Activos Tangíveis em Curso	Total
Valor Bruto							
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	3.311.436	757.576	555.622	408.088	148.040	-	5.180.762
Aumentos	-	11.332	49.999	-	-	-	61.331
Transferências e abates	-	-	-	(487)	-	-	(487)
Alienações	-	-	(213.611)	-	-	-	(213.611)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	3.311.436	768.908	392.010	407.601	148.040	-	5.027.995
Depreciações							
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	933.309	689.537	541.307	369.369	110.016	-	2.643.538
Aumentos	97.838	34.453	19.294	21.364	17.393	-	190.342
Transferências e abates	-	-	-	(487)	-	-	(487)
Alienações	-	-	(213.611)	-	-	-	(213.611)
Regularizações/ Reclasseificações	-	-	-	(1)	-	-	(1)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	1.031.147	723.990	346.990	390.245	127.409	-	2.619.781
Perdas por imparidade acumuladas							
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	164.309	-	-	-	-	-	164.309
Aumentos	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	164.309	-	-	-	-	-	164.309
Valor líquido	2.115.980	44.918	45.020	17.356	20.631	-	2.243.905

2015

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Tangíveis em Curso	Total
Valor Bruto							
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	3.311.436	757.576	632.380	442.892	148.040	-	5.292.324
Aumentos	-	-	15.040	-	-	-	15.040
Transferências e abates	-	-	(18.980)	(34.804)	-	-	(53.784)
Alienações	-	-	(72.818)	-	-	-	(72.818)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	3.311.436	757.576	555.622	408.088	148.040	-	5.180.762
Depreciações							
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	830.678	652.719	626.311	379.198	92.603	-	2.581.509
Aumentos	102.633	37.296	6.794	24.469	17.393	-	188.585
Transferências e abates	-	-	(18.980)	(34.804)	-	-	(53.784)
Alienações	-	-	(72.818)	-	-	-	(72.818)
Regularizações/ Reclasseificações	(2)	(478)	-	506	20	-	46
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	933.309	689.537	541.307	369.369	110.016	-	2.643.538
Perdas por imparidade acumuladas							
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos	164.309	-	-	-	-	-	164.309
Reversões	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	164.309	-	-	-	-	-	164.309
Valor líquido	2.213.818	68.039	14.315	38.719	38.024	-	2.372.915

Em 31 de Dezembro de 2016, os activos adquiridos em regime de locação financeira, no montante de 413.121 euros, valor líquido de 37.500 euros (2015: 455.147 euros, totalmente amortizados), repartem-se entre Equipamento Básico no montante de 112.596 euros (2015: 112.596 euros) e Equipamento de Transporte no montante de 300.525 euros (2015: 342.551 euros). Durante 2016, a FENACAM procedeu à aquisição de um veículo e alienação de 7 veículos, tendo registado uma mais valia de 20.372 euros.

6. Activos intangíveis

O valor dos activos intangíveis diz respeito aos softwares e projectos de desenvolvimento adquiridos para suporte das actividades da FENACAM. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	2016			
	Software	Projectos de desenvolvimento	Activos Intangíveis em Curso	Total
Valor Bruto				
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	327.479	12.317	-	339.796
Aumentos	-	-	5.934	5.934
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	327.479	12.317	5.934	345.730
Amortizações				
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	252.030	4.105	-	256.135
Amortizações do período	38.388	4.105	-	42.493
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	290.418	8.210	-	298.629
Valor líquido	37.061	4.107	5.934	47.101

	2015			
	Software	Projectos de desenvolvimento	Activos Intangíveis em Curso	Total
Valor Bruto				
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	276.280	-	12.317	288.597
Aumentos	51.199	-	-	51.199
Transferências	-	12.317	(12.317)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	327.479	12.317	-	339.796
Amortizações				
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	208.314	-	-	208.314
Amortizações do período	43.318	4.105	-	47.423
Regularizações/ Reclassificações	398	-	-	398
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	252.030	4.105	-	256.135
Valor líquido	75.449	8.212	-	83.661

7. Participações financeiras – outros métodos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os activos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital detidos, como segue:

	2016		2015	
	% detida	Valor	% detida	Valor
Investimentos noutras empresas:				
CONFAGRI, CCRL	15,76%	14.000	15,76%	14.000
SUCRAL, S.A.	8,94%	251.760	8,94%	252.006
MAP, S.A.	5,50%	220.238	5,50%	220.239
ADRAL, S.A.	0,40%	1.330	0,40%	1.996
HORTOBELI, S.A.	-	-	10,00%	-
		<u>487.328</u>		<u>488.241</u>
Outros investimentos financeiros:				
Fundo de compensação do trabalho		1.099		837
Total		<u>488.427</u>		<u>489.078</u>

As participações financeiras encontram-se valorizadas ao custo, deduzidas de eventuais perdas face ao capital próprio apresentado no final de cada exercício, por não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

A CONFAGRI, CCRL tem como objecto principal contribuir, por si ou em associação com outras entidades nacionais e internacionais, para o crescimento e desenvolvimento equilibrado e eficaz do sector cooperativo em Portugal, especialmente da agricultura. Agrupa estruturas cooperativas do ramo agrícola e do sub-ramo do crédito agrícola mútuo, bem como de outros ramos do sector cooperativo.

A SUCRAL S.A., empresa criada em 1986 pela RAR – Refinarias de Açúcar Reunidas, S.A. em parceria com o IPE – Investimentos e Participações do Estado, S.A., com a finalidade de proceder ao estudo de viabilidade de utilização da quota de açúcar de beterraba atribuída a Portugal Continental pela Comunidade Europeia. Não obstante o seu objecto ser a produção industrial e a comercialização de açúcar e produtos derivados, actualmente a sua actividade resume-se à administração da participação social que detém junto da DAI – Sociedade de Desenvolvimento Agro-Industrial, S.A., a qual se dedica à produção de açúcar.

O MAP, S.A. (Mercado Abastecedor do Porto) é uma destacada plataforma comercial grossista contribuindo para o desenvolvimento da economia local. Foram recebidos dividendos, fruto desta participação financeira no valor de 33.014 euros em 2016 e de 20.634 euros em 2015.

A ADRAL, S.A. tem como objecto social a promoção do desenvolvimento regional do Alentejo e o fortalecimento da sua base económica e produtiva, em cooperação com os demais agentes e entidades da região, do País ou de outros países, nomeadamente dos que integram a União Europeia, cuja actividade concorra para o mesmo fim. A FENACAM integra o Conselho de Administração desta sociedade.

Na HORTOBELI S.A., a FENACAM detinha 10% do capital social. Esta sociedade foi encerrada, razão pela qual deixou de fazer parte do activo da FENACAM em 2016, sendo que se encontrava ajustada pela totalidade desde 2001.

Durante os exercícios de 2016 e 2015, os movimentos registados nas participações financeiras foram os seguintes:

	<u>CONFRAFI, CCRL</u>	<u>SUCRAL, S.A.</u>	<u>MAP, S.A.</u>	<u>ADRAL, S.A.</u>	<u>TOTAL</u>
1 de Janeiro de 2015	14.000	267.860	220.238	1.996	504.093
Aquisições	-	-	-	-	-
Imparidade	-	(15.853)	-	-	(15.853)
Alienações	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2015	<u>14.000</u>	<u>252.007</u>	<u>220.238</u>	<u>1.996</u>	<u>488.241</u>
1 de Janeiro de 2016	14.000	252.007	220.238	1.996	488.241
Aquisições	-	-	-	-	-
Imparidade	-	(246)	-	(667)	(913)
Alienações	-	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2016	<u>14.000</u>	<u>251.761</u>	<u>220.238</u>	<u>1.329</u>	<u>487.328</u>

8. Activos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Capital próprio		
Imposto diferido	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Demonstração de resultados		
Imposto diferido	14.896	169
Imposto corrente	38.871	89.454
	<u>53.767</u>	<u>89.623</u>

Impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Impacto na demonstração de resultados		
Activos por impostos diferidos	(14.896)	(169)
	<u>(14.896)</u>	<u>(169)</u>
Impacto no capital próprio		
Passivos por impostos diferidos	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Impacto líquido dos impostos diferidos	<u>(14.896)</u>	<u>(169)</u>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de activos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como segue:

Activos por impostos diferidos - movimento do ano

	<u>Provisões</u>	<u>Pensões</u>	<u>Total</u>
1 de Janeiro de 2015	95.831	69.568	165.399
Período findo em 31 de Dezembro			
Constituição/reversão por capital	169	-	169
Movimento do período	<u>169</u>	<u>-</u>	<u>169</u>
A 31 de Dezembro de 2015	<u>96.000</u>	<u>69.568</u>	<u>165.568</u>
1 de Janeiro de 2016	96.000	69.568	165.568
Período findo em 31 de Dezembro			
Constituição/reversão por capital	(14.896)	-	(14.896)
Movimento do período	<u>(14.896)</u>	<u>-</u>	<u>(14.896)</u>
A 31 de Dezembro de 2016	<u>81.104</u>	<u>69.568</u>	<u>150.672</u>

Não ocorreram movimentos de passivos por impostos diferidos em 2016 e 2015.

9. Inventários

51

O detalhe dos inventários em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Mercadorias	212.967	267.159
Materiais diversos	570	941
	<u>213.537</u>	<u>268.100</u>
Total de inventários	<u>213.537</u>	<u>268.100</u>

O custo dos inventários, reconhecidos em 2016 como gasto, está incluído na rubrica “custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” e totalizou 1.580.430 euros (2015: 1.621.806 euros).

10. Clientes

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a decomposição da rubrica de Clientes, é como segue:

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Clientes				
Clientes - grupo i)	-	1.409.366	-	1.356.822
Clientes - outros ii)	-	28.519	-	32.376
Clientes de cobrança duvidosa iii)	-	5.381	-	-
	-	<u>1.443.266</u>	-	<u>1.389.198</u>
Perdas por imparidade acumuladas iii)	-	(5.381)	-	-
	<u>-</u>	<u>1.437.885</u>	<u>-</u>	<u>1.389.198</u>

- i) Clientes – grupo: esta rubrica refere-se aos saldos a receber dos clientes Caixas de Crédito (associadas e não associadas) que integram o Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo (SICAM). Inclui também os saldos relativos a outros clientes que integram o Grupo Crédito Agrícola mas que não são Caixas de Crédito. Estes saldos decorrem das vendas e prestações de serviços efectuados pela FENACAM. A facturação de um mês é recebida, em regra, até dia 15 do mês seguinte, maioritariamente através de sistema débito directo.
- ii) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes diversos (inclui Caixas de Crédito Agrícola que não pertencem ao SICAM). Excepto no que respeita às Caixas de Crédito, os saldos resultam, sobretudo, de comissões debitadas pela FENACAM ao abrigo de protocolos. A facturação de um mês é recebida, em regra, até dia 15 do mês seguinte.
- iii) Clientes – cobrança duvidosa: nesta rubrica encontra-se registada a totalidade da dívida do cliente Citypost. Foi igualmente registada uma perda por imparidade sobre esta dívida.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

11. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Estado e outros entes públicos” no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	14.052	-
	<u>14.052</u>	<u>-</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	29.665	81.026
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	121.042	142.978
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	47.347	48.994
Segurança Social	46.893	52.357
	<u>244.947</u>	<u>325.355</u>

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Activo:		
Pagamentos por conta	14.052	-
	<u>14.052</u>	<u>-</u>
Passivo:		
Retenções na fonte	9.206	9.208
Pagamentos por conta	-	-
Estimativa de IRC	(38.871)	(90.234)
	<u>(29.665)</u>	<u>(81.026)</u>

12. Outros créditos a receber

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a decomposição da rubrica de outros créditos a receber, é como segue:

	2016		2015	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Rendimentos a receber	-	41.949	-	174.988
Pessoal	-	6.105	-	12.045
Outros valores a receber	-	11.307	-	49.757
	-	59.361	-	236.790

Em 31 de Dezembro de 2016, do valor de rendimentos a receber, 41.813 euros referem-se a prestação de Serviços de Auditoria às CCAM efectuados durante 2016 e 136 euros referem-se a juros de aplicações financeiras. Em 31 de Dezembro de 2015 o valor de rendimentos a receber refere-se a juros de aplicações financeiras e valor a receber da Caixa Central relativo à verba recebida do F.G.C.A.M, por via da comparticipação do Fundo nos custos de Auditorias às CCAM efetuadas pela Fenacam durante 2015. Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

13. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de diferimentos tem o seguinte detalhe:

	2016	2015
Seguros	27.590	32.682
Manutenção	343	1.625
Licenças de software	6.202	8.900
Contratos de assistência técnica	32.973	48.695
Outros gastos a reconhecer	277	421
Gastos a reconhecer (Activo)	67.385	92.323
Facturação antecipada	45.452	55.851
Rendimentos a reconhecer (Passivo)	45.452	55.851

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

14. Outros activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2016 a FENACAM detém 78.106 unidades de participação do fundo de investimento mobiliário aberto CA Rendimento, valorizadas ao justo à data por 599.047 euros, adquiridas por 600.000 euros, tendo registado no período uma perda por justo de valor de 953 euros.

15. Capital subscrito

Capital subscrito

Em 31 de Dezembro de 2016, o capital social da FENACAM, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por títulos com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de Dezembro de 2016 é como segue:

	<u>% Capital</u>	<u>Número de títulos</u>	<u>Valor</u>
FENACAM	98,98%	98.000	490.000
Caixas Associadas	0,90%	890	4.450
Caixa Central	0,10%	100	500
Outros	0,02%	22	110
		<u>99.012</u>	<u>495.060</u>

16. Reservas e ajustamentos de partes de capital

Estas rubricas registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

	<u>Reserva legal</u>	<u>Outras reservas</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Total</u>
1 de Janeiro de 2015	1.419.124	1.009.222	2.264.170	4.692.516
Aplicação do resultado do exercício	18.244	4.561	68.415	91.220
Distribuição	-	-	-	-
Outros	-	-	(106.190)	(106.190)
31 de Dezembro de 2015	<u>1.437.368</u>	<u>1.013.783</u>	<u>2.226.395</u>	<u>4.677.546</u>
Aplicação do resultado do exercício	-	-	(394.902)	(394.902)
Distribuição	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
31 de Dezembro de 2016	<u>1.437.368</u>	<u>1.013.783</u>	<u>1.831.493</u>	<u>4.282.644</u>

Reserva legal: corresponde a 20% dos excedentes anuais líquidos conforme nº 1 do art.º 36 dos Estatutos da FENACAM;

Outras reservas: inclui (i) uma reserva estatutária no valor de 592.993 euros que corresponde a 5% dos excedentes anuais líquidos conforme nº 1 do art.º 36 dos Estatutos da FENACAM e que destina a educação e formação cooperativa conforma previsto no art. 70º do Código Cooperativo; e (ii) o montante de 115.255 euros referente à contrapartida de diversas doações ocorridas no passado.

Resultados transitados: Em 2014 foi reconhecido um rendimento relativo ao IRC de 2012, em consequência da correcção das declarações fiscais de rendimentos de 2012 e 2013. Das declarações corrigidas resultava um valor de imposto a ser recuperado no valor de 255.392 euros, tendo sido, durante o exercício de 2015, recebido o montante relativo a 2013. O reembolso do montante referente a 2012 no valor de 106.190 euros foi indeferido pela Autoridade Tributária, razão pela qual a FENACAM em 2015, reverteu por Resultados Transitados, o reconhecimento do rendimento registado em 2014 (ver Nota 31).

Em 2008, aquando do reconhecimento inicial do Fundo de Pensões do Crédito agrícola, optou-se por derrogar a DC 19 e adoptar a IAS 19. No entanto, em 2009 foram revertidos todos os registos feitos em 2008 a este propósito e reclassificados de acordo com a DC 19 e o POC. A reversão efectuada, em 2009, teve um impacto negativo nos resultados transitados de 213.889 euros, apresentado no quadro acima na linha de outros. Foram efectuados os seguintes movimentos de reversão:

	Referente a 2007	Referente a 2008	Total
ACTIVO			
Gastos a reconhecer	(320.227)	37.094	(283.133)
Activos impostos diferidos	71.175	(1)	71.174
	(249.052)	37.093	(211.959)
PASSIVO			
Credores por acréscimos de gastos	(303.968)	(11.990)	(315.958)
Provisões prémios antiguidade	293.056	24.832	317.888
	(10.912)	12.842	1.930
CAPITAL PRÓPRIO			
Resultados transitados	(238.141)	24.252	(213.889)

17. Provisões

A evolução das provisões para prémios de antiguidade é como segue:

	Prémios de antiguidade	Reestruturação	Total
1 de Janeiro de 2015	348.244	-	348.244
Dotação / Reversão por capital	-	-	-
Dotação por resultados	750	-	750
Reversão por resultados	-	-	-
31 de Dezembro de 2015	348.994	-	348.994
Saldo corrente	-	-	-
Saldo não corrente	348.994	-	348.994
	348.994	-	348.994
Dotação / Reversão por capital	-	-	-
Dotação por resultados	-	134.000	134.000
Reversão por resultados	(66.203)	-	(66.203)
31 de Dezembro de 2016	282.791	134.000	416.791
Saldo corrente	-	-	-
Saldo não corrente	282.791	134.000	416.791
	282.791	134.000	416.791

Os valores provisionados nesta rubrica respeitam às quantias reconhecidas como passivos de benefícios definidos, relativamente ao prémio de antiguidade. Especificando, a FENACAM nos termos do ACT (Acordo Colectivo de Trabalho) assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem 15, 25 ou 30 anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual a 1, 2 ou 3 meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente. Este prémio encontra-se incluído no Fundo de Pensões subscrito pelo Grupo Crédito Agrícola-

Adicionalmente, foi constituída uma provisão de 134.000 euros em 2016 referente ao plano de reestruturação da FENACAM.

18. Financiamentos obtidos

O detalhe dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final dos exercícios de 2016 e 2015, é como segue:

	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Locações financeiras (i)	8.855	22.398	31.253	2.819	2.676	5.495
Outros empréstimos (ii)	1.192	-	1.192	-	-	-
	10.047	22.398	32.445	2.819	2.676	5.495

- (i) dívida relativa à aquisição de 2 viaturas em regime de locação financeira
- (ii) dívida relativa à utilização de cartões de crédito

Locações financeiras

Resumo dos pagamentos mínimos futuros dos contractos de locação activos nas datas apresentadas:

Prazos de reembolso	2016	2015
Menos de um ano	2.702	2.819
Entre 1 e 5 anos	28.551	2.676
	31.253	5.495

19. Obrigações de benefícios reforma e outros

A FENACAM subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) para o Crédito Agrícola (CA) pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. No entanto, uma vez que os empregados estão inscritos na Segurança Social, as responsabilidades da FENACAM com pensões relativamente aos seus colaboradores consistem no pagamento de complementos face aos níveis previstos no ACT.

Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), os quais foram calculados com base nos mesmos pressupostos que as responsabilidades com complemento de pensões.

Para cobertura das suas responsabilidades a FENACAM integra o fundo de pensões do Grupo Crédito Agrícola, o qual se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social. Estes complementos são calculados, por referência ao ACT, de acordo com (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma, (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo e o número total de anos de serviço à data de reforma.

Este Fundo, cujos benefícios a atribuir pelo plano de pensões são os definidos no ACT, assume, assim a natureza de um fundo solidário, estando a sua gestão a cargo da companhia de seguros CA Vida, S.A..

Nos termos do ACT, a FENACAM assumiu também o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que complementem 15, 25 e 30 anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual a 1, 2 ou 3 meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente. Os pressupostos para cálculo do valor actual dos benefícios são iguais aos benefícios anteriormente referidos.

Para determinação das responsabilidades por serviços passados da FENACAM relativas a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela companhia de seguros CA Vida, S.A..

Os valores provisionados nesta rubrica correspondem à diferença entre o valor presente da obrigação de benefícios definidos, e o valor dos activos do plano, conforme relatório actuarial, à data do fecho do exercício.

Os Prémios de Antiguidade não têm fundo constituído, sendo a respectiva responsabilidade coberta por uma provisão específica (ver Nota 17).

As responsabilidades e os correspondentes custos anuais são determinadas através de cálculos actuariais, utilizando o método de crédito da unidade projectada, efectuada por actuário independente, baseados em pressupostos que reflectem as condições demográficas da população coberta pelo plano e as condições económicas e financeiras prevaletentes no momentos do cálculo.

Em termos globais, o impacto deste plano nas demonstrações financeiras é como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Obrigações no balanço		
Plano de pensões e assistência prémio de antiguidade	(95.198)	(20.604)
	<u>(95.198)</u>	<u>(20.604)</u>
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Gastos na demonstração de resultados		
Plano de pensões e assistência prémio de antiguidade	40.790	(10.737)
	<u>40.790</u>	<u>(10.737)</u>

Os principais pressupostos utilizados no cálculo actuarial, são os abaixo indicados:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Pressupostos demográficos</u>		
Tábua de mortalidade	TV - 88/90	TV - 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Idade de reforma	66	66
Método de avaliação	"Projected Unit Credit"	"Projected Unit Credit"
<u>Pressupostos financeiros</u>		
Taxa de desconto	(*)	(*)
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	1,40%	1,40%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%
<u>Taxa de revalorização de salários para a Segurança Social</u>		
de acordo com o n.º 2 do art.º 27.º do Decreto-Lei 187/2007	1,40%	1,40%
de acordo com o n.º 1 do art.º 27.º do Decreto-Lei 187/2007	1,40%	1,40%

(*) Taxa de desconto diferente para diferentes grupos da população:

Trabalhadores no activo e Licenças com idade actuarial < 55 anos	2,30%	2,70%
Trabalhadores no activo e Licenças com idade actuarial >= 55 anos	2,10%	2,30%
Pré-reformados, reformados e pensionistas	1,75%	2,00%

Plano de pensões e de assistência médica

O montante da obrigação reconhecida no balanço é determinada como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Valor presente da obrigação	629.408	613.420
Justo valor dos activos do plano	(608.837)	(563.854)
Obrigação no balanço	<u>20.571</u>	<u>49.566</u>

O movimento ocorrido no valor actual da obrigação subjacente ao plano de pensões foi o seguinte:

Reconciliação da obrigação do plano de pensões	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A 1 de Janeiro	613.420	569.370
Custo serviços correntes	5.674	975
Custo dos juros	16.141	17.987
Contribuições pagas	12.594	17.450
Pensões pagas	(2.214)	(1.707)
(Ganhos)/Perdas actuariais	(16.207)	9.345
A 31 de Dezembro	<u>629.408</u>	<u>613.420</u>

Os fundos afectos a este plano tiveram a seguinte evolução:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custo serviços correntes	5.674	975
Custo dos juros	1.986	2.526
Custos com o prémio de seguro	10.588	12.631
Ganhos com participação no resultado do seguro	(7.731)	(5.976)
Total incluído em Resultados do Período	<u>10.517</u>	<u>10.156</u>

Os impactos do plano na demonstração dos resultados são como segue:

Reconciliação dos activos do fundo	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A 1 de Janeiro	563.854	498.450
Contribuições entregues	18.818	21.739
Contribuições pagas	(6.224)	50.081
Capitais de seguro recebidos	21.746	-
Prémios de seguro pagos	(10.588)	(12.631)
Participação de resultados de seguro	7.731	5.976
Pensões de reforma pagas	(2.214)	(1.707)
Rendimento dos activos do Fundo de Pensões	15.714	1.946
A 31 de Dezembro	<u>608.837</u>	<u>563.854</u>

Em 2016 não houve contribuição efectuada pela FENACAM para o Fundo de pensões (2015: 54.370 euros).

20. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe da rubrica de outras dívidas a pagar é como segue:

	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores de investimentos						
Fornecedores gerais	i) 5.933	-	5.933	-	-	-
Outros credores						
Credores diversos	ii) 13.279	-	13.279	12.532	-	12.532
Credores por acréscimos						
Remunerações - Férias e Subsídio de Férias	iii) 226.782	-	226.782	270.909	-	270.909
Remunerações - Ajudas de custo e Km's	4.155	-	4.155	8.333	-	8.333
Fornecimentos e serviços externos	61.924	-	61.924	68.998	-	68.998
Outros	8.500	-	8.500	15.699	-	15.699
Pessoal						
Despesas a reembolsar	795	-	795	2.608	-	2.608
Outras dívidas a pagar	<u>321.368</u>	<u>-</u>	<u>321.368</u>	<u>379.079</u>	<u>-</u>	<u>379.079</u>

- i) Fornecedor de investimentos – esta rubrica refere-se aos valores facturados pela aquisição de activos não correntes;
- ii) Credores diversos - este saldo refere-se essencialmente ao valor a pagar a Sindicatos relativo aos montantes cobrados por conta destas entidades;
- iii) Credores por acréscimos – o valor relativo a férias e subsídio de férias corresponde ao encargo com férias e subsídio de férias a pagar aos empregados em 2017, cujo direito foi adquirido até á data de fecho do exercício.

21. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os saldos de fornecedores referem-se às seguintes entidades:

	2016	2015
Fornecedores - Grupo	40.845	48.974
Fornecedores - Terceiros	1.022.145	1.113.772
	<u>1.062.990</u>	<u>1.162.746</u>

O saldo a pagar a Fornecedores - Grupo é composto por valores a pagar à CCAM e Entidades do Grupo Crédito Agrícola, que prestam serviços à FENACAM.

O saldo a pagar aos fornecedores – terceiros é, maioritariamente, composto por fornecedores de mercadorias e prestadores de serviços, que entretanto foram ou serão facturados às CCAM.

22. Vendas de Mercadorias e Prestação de serviços

O montante de vendas de mercadorias e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2016	2015
Vendas de produtos		
Mercado interno	2.062.807	2.074.135
	<u>2.062.807</u>	<u>2.074.135</u>
Prestação de serviços		
Serviço de apoio técnico (SATA)	i) 866.855	813.185
Serviço de produção documental e Aprovisionamento (SPDA)	ii) 3.389.769	3.563.148
Serviço de auditorias (SAUD)	iii) 327.157	175.594
	<u>4.583.781</u>	<u>4.551.927</u>
Total de Vendas e prestações de serviços	<u>6.646.588</u>	<u>6.626.062</u>

- i) SATA: Serviços de apoio técnico prestados às associadas, sendo os mais relevantes as avaliações imobiliárias;
- ii) SPDA: Serviços de produção, envelopagem e envio de documentos do CAM para os seus clientes, bem como arquivo digital dos mesmos; vendas de consumíveis para economato e outros fins; vendas de equipamentos e gestão do serviço de assistência do equipamento às Caixas; e serviços na gestão e controlo da produção e fornecimento de cheques para o Grupo CA;
- iii) SAUD: Serviços de Auditoria às Caixas de Crédito Agrícola (associadas e não associadas), esclarecimento e apoio sobre questões técnicas e envolvimento em processos judiciais.

23. Subsídios à exploração

Nesta rubrica não existem movimentos registados em 2016. O valor registado em 2015 refere-se ao subsídio proveniente da Medida de Incentivo ao Emprego no valor de 182 euros.

24. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		<u>2016</u>	<u>2015</u>
Serviços especializados		1.783.057	1.766.051
Trabalhos especializados	i)	1.561.777	1.557.838
Publicidade		5.577	3.358
Honorários		42.604	16.792
Conservação e reparação	iii)	170.187	184.022
Outros		2.912	4.041
Deslocações e estadas	ii)	131.008	192.593
Transporte de mercadorias		41.400	46.522
Materiais		13.916	50.566
Combustíveis		33.589	48.018
Serviços diversos		194.661	216.696
Rendas e alugueres		76	896
Comunicação		61.687	72.907
Seguros		21.820	23.527
Contencioso e notariado		1.374	1.215
Despesas de representação		2.556	3.911
Limpeza higiene e conforto		21.427	21.037
Outros serviços		85.721	93.203
		<u>2.197.631</u>	<u>2.320.446</u>

- i) Trabalhos Especializados: na sua composição estão cerca de 1.197.759 euros (2015: 1.238.416 euros) respeitantes a serviços prestados por entidades externas, serviços esses geridos pelo SPDA, que posteriormente são facturados às Caixas. Nestes serviços estão incluídos, a produção documental e a assistência técnica. Rubrica importante é também o contracto RIMO, no valor de 31.032 euros (2015: 35.326 euros);
- ii) Deslocações e Estadas: os valores desta rubrica dizem respeito, maioritariamente, ao pagamento por deslocação em viatura própria, ascendendo ao montante de 111.174 euros (2015: 165.832 euros);

- iii) Conservação e reparação: estes gastos repartem-se em três categorias, viaturas no montante de 27.217 euros (2015: 36.248 euros), equipamentos no valor de 140.922 euros (2015: 144.761 euros) e edifícios com 2.048 euros (2015: 3.013 euros).

25. Gastos com o pessoal

Os custos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2016 e 2015, foram como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remunerações dos órgãos sociais	103.950	205.717
Remunerações do pessoal	<u>1.959.695</u>	<u>2.242.164</u>
	<u>2.063.645</u>	<u>2.447.881</u>
Encargos sobre remunerações	511.238	638.372
Órgãos sociais	20.859	43.443
Pessoal	490.379	594.929
Indemnizações	9.423	215.000
Seguro de acidentes de trabalho	11.325	13.330
Outros gastos com pessoal	27.359	29.627
	<u>559.345</u>	<u>896.329</u>
	<u>2.622.990</u>	<u>3.344.210</u>

O número médio de empregados da Federação em 2016 foi de 41 colaboradores (2015: 47).

26. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

		<u>2016</u>	<u>2015</u>
Quotização estatutária variável	i)	-	553.890
Quotização estatutária fixa	ii)	170.000	182.500
Quotização Caixa Central	iii)	-	125.000
Rendimentos suplementares		-	-
Correções de períodos anteriores		15.920	605
Descontos de pronto pagamento obtidos		3.472	466
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		20.373	15.834
Outros rendimentos e ganhos		8.632	6.362
		<u>218.397</u>	<u>884.657</u>

- i) O valor de quotização variável diz respeito a um valor anual pago pelas Caixas Agrícolas Associadas, associado a uma percentagem fixada ano a ano em Assembleia Geral sobre o seu Activo Líquido, tendo ficado estipulada uma percentagem de 0,0061358% para o ano de 2015. No decorrer da última alteração estatutária foi extinta a quotização variável, com efeito para o ano de 2016 que não registou qualquer rendimento desta natureza;
- ii) O montante de quotização fixa diz respeito a uma quota anual de 2.500 euros por Associada, tal como estipulado no artigo 35.º dos Estatutos da FENACAM;

- iii) Foi aprovado em Assembleia Geral, de 13 de Dezembro de 2013, estabelecer uma quotização fixa de 125.000 euros para a Caixa Central, que teve aplicação durante o ano de 2015. No decorrer da última alteração estatutária a Caixa Central deixou de ser associada da FENACAM, como consequência, no ano de 2016 não houve lugar a esta quotização fixa.

27. Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

		<u>2016</u>	<u>2015</u>
Correções de períodos anteriores	i)	52.058	71.148
Ofertas e amostras de inventários		20.768	-
Perdas em inventários	ii)	85	32.298
Impostos	iii)	1.392	1.794
Outros gastos e perdas financeiros	iv)	1.447	2.944
Outros gastos e perdas	v)	40.442	37.872
		<u>116.192</u>	<u>146.056</u>

- i) Este montante referente na sua totalidade a fornecimentos e serviços relativos ao exercício anterior;
- ii) As perdas em inventários devem-se à destruição de material obsoleto;
- iii) A rubrica de impostos respeita ao Imposto Único de Circulação;
- iv) Esta rubrica diz respeito a serviços bancários, nomeadamente comissões;
- v) Este montante é referente, em grande medida, a quotizações em entidades 20.734 euros (2015: 20.163 euros) e 18.248 euros (2015: 16.132 euros) relacionados com o reconhecimento do Fundo de Pensões.

28. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2016 e 2015 é como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Gastos de financiamento suportados		
Juros suportados	252	363
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	<u>252</u>	<u>363</u>
Rendimentos de financiamento obtidos		
Juros obtidos	1.744	13.431
	<u>1.744</u>	<u>13.431</u>
Resultado de financiamento	<u>1.492</u>	<u>13.068</u>

Os juros suportados pela Empresa dizem respeito, integralmente, aos juros das locações financeiras.

29. Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Imposto s/ o rendimento corrente	(38.871)	(90.235)
Imposto s/ o rendimento diferido	(14.896)	169
	<u>(53.767)</u>	<u>(90.066)</u>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foi de 22,5%.

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado antes de Imposto	74.369	(304.836)
Taxa de Imposto Matéria Colectável	21,00%	21,00%
	<u>15.617</u>	<u>(64.016)</u>
Custos não dedutíveis	43.155	55.090
Variações patrimoniais negativas		-
Deduções fiscais	(56.098)	(185.138)
Prejuízos fiscais reportáveis	-	194.064
Dedução de Prejuízos fiscais	(2.674)	-
Derrama	191	-
Tributação autónoma	38.680	90.235
	<u>38.871</u>	<u>90.235</u>
Imposto s/o rendimento corrente	38.871	90.235
Imposto s/o rendimento diferido	14.896	(169)
Imposto s/o rendimento	<u>53.767</u>	<u>90.066</u>
Taxa efectiva de imposto	72,3%	(29,5%)

A taxa de imposto adoptada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras, é conforme segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Taxa de imposto	21,0%	21,0%
Taxa de derrama	1,5%	0,0%
	<u>22,5%</u>	<u>21,0%</u>

30. Compromissos

A FENACAM não tem compromissos assumidos à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

31. Activos Contingentes

Em 31 de Dezembro de 2016, a FENACAM tem um activo contingente de 106.190 euros, integralmente respeitante ao reembolso do IRC de 2012. Tal montante, surge como consequência da rectificação das declarações de rendimentos apresentadas em 2015 em referência aos exercícios de 2012 e 2013. Das declarações corrigidas resultava um valor de imposto a ser recuperado no valor de 255.392 euros, tendo sido, durante o exercício de 2015, recebido o montante relativo a 2013. Porém, o reembolso do montante referente a 2012 no valor de 106.190 euros solicitado à Autoridade Tributária através de reclamação graciosa foi indeferido, tendo a FENACAM, representada pelo Dr Paulo Lourenço (advogado), apresentado:

- Acção administrativa especial, que corre os seus termos na 2ª Unidade Orgânica do Tribunal Tributário de Lisboa, em que é pedido a anulação do acto administrativo de indeferimento da reclamação

graciosa, por se entender que foi apresentada dentro do prazo legal que é, neste caso concreto, de 2 anos;

- Pedido de revisão oficiosa, no qual requereu a revisão da autoliquidação do IRC do exercício de 2012, de forma a prever a dedução das quotizações a que se refere o Estatuto dos Benefícios Fiscais, tendo este pedido sido apresentado dentro do prazo legalmente previsto.

Sendo que qualquer das acções, foram apresentadas dentro dos prazos legais e tendo o pedido de revisão oficiosa sido incluívamente sugerido pela Autoridade Tributária no indeferimento da reclamação graciosa, como o procedimento adequado, o advogado julga que o risco de indeferimento é muito reduzido, sendo muito provável que a FENACAM venha a receber o montante de 106.190 euros.

32. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2016, o capital social da FENACAM é detido em 0,90% pelas Caixas Associadas o restante é detido pela própria FENACAM. Das Caixas Associadas, só não pertencem ao SICAM a CCAM de Mafra.

32.1. Remunerações dos membros dos órgãos sociais

Os órgãos sociais da FENACAM são constituídos por:

- Conselho de Administração – 3 representantes de CCAM associadas;
- Conselho Fiscal – 3 representantes de CCAM associadas;
- Mesa da Assembleia Geral – 3 representantes de CCAM associadas;

Os órgãos sociais da FENACAM foram considerados de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as remunerações auferidas pelos membros dos órgãos sociais da FENACAM foram conforme se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Conselho de Administração	65.350	-
Direcção	25.200	172.717
Conselho Fiscal	5.250	4.950
Mesa da Assembleia Geral	8.150	28.050
	<u>103.950</u>	<u>205.717</u>

32.2. Transacções entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

- Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (associadas e não associadas);
- Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo;
- Outras empresas do Grupo Crédito Agrícola;

- CA Gest, S.A.
- CA Consult, S.A.
- CA Vida, S.A.
- CA Imóveis Unipessoal, S.A.
- CA Informática, S.A.
- CA Seguros, S.A.
- CA Serviços, ACE
- Crédito Agrícola – Seguros e Pensões, SGPS, S.A.
- Crédito Agrícola SGPS, S.A.
- CCAM - Gestão de Investimentos

(b) transacções e saldos pendentes

Durante o exercício, a FENACAM efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

	2016	2015
Vendas de produtos		
Caixas de Crédito Agrícola (SICAM)	1.814.287	1.859.889
Caixa Central	67.912	49.991
CA Seguros, S.A.	11.542	25.180
CA Vida, S.A.	8.666	7.380
CA Gest, S.A.	923	1.738
CA Informática, S.A.	11.912	1.255
CA Consult, S.A.	975	1.138
CA Serviços, ACE	233	210
CA Imóveis Unipessoal, S.A.	61	187
Crédito Agrícola SGPS, SA	98	66
Crédito Agrícola - Seguros e Pensões, SGPS, S.A.	32	32
CCAM - Gestão de Investimentos	32	32
	1.916.673	1.947.098
Serviços prestados		
Caixas de Crédito Agrícola (SICAM)	4.117.838	3.758.694
Caixa Central	239.905	213.356
CA Seguros, S.A.	93.567	145.410
CA Vida, S.A.	43.997	53.067
CA Informática, S.A.	9.237	1.755
CA Gest, S.A.	1.282	1.697
CA Serviços, ACE	3.546	176
	4.509.372	4.174.155
Outros rendimentos e ganhos		
Caixas de Crédito Agrícola (SICAM)	170.000	863.546
Caixa Central	-	130.766
CA Informática, S.A.	-	355
	170.000	994.667

(c) Saldos devedores e credores

Saldos devedores	2016	2015
Clientes		
Caixa Central	59.761	88.444
Caixas de Crédito Agrícola (SICAM)	1.178.040	1.169.566
CA Consult, S.A.	144	152
CA Gest, S.A.	953	822
CA Imóveis Unipessoal, S.A.	23	10
CA Informática, S.A.	27.886	1.459
CA Seguros, S.A.	139.393	90.042
CA Serviços, ACE	1.636	55
CA Vida, S.A.	1.491	6.272
Crédito Agrícola SGPS, SA	39	-
	<u>1.409.366</u>	<u>1.356.822</u>
Saldos credores		
	2016	2015
Fornecedores		
Caixa Central	14.218	346
Caixas de Crédito Agrícola (SICAM)	500	538
CA Informática, S.A.	12.763	15.407
CA Seguros, S.A.	13.364	32.683
	<u>40.845</u>	<u>48.974</u>
Financiamentos obtidos		
Caixa Central - leasings	32.445	5.495
	<u>32.445</u>	<u>5.495</u>

ASSOCIADAS DA FENACAM

À data de 31 de Dezembro de 2016, a FENACAM contava com 68 Caixas Agrícolas associadas, conforme relação que se segue.

CCAM ALBERGARIA E SEVER	CCAM LOURES, SINTRA E LITORAL
CCAM ALBUFEIRA	CCAM LOURINHÃ
CCAM ALCÁCER DO SAL E MONTEMOR-O-NOVO	CCAM MAFRA
CCAM ALCANHÕES	CCAM MÉDIO AVE
CCAM ALCOBAÇA	CCAM MOGADOURO E VIMIOSO
CCAM ALENQUER	CCAM MORAVIS
CCAM ALENTEJO CENTRAL	CCAM NORDESTE ALENTEJANO
CCAM ALJUSTREL E ALMODÔVAR	CCAM NORTE ALENTEJANO
CCAM ALTO DOURO	CCAM OLIVEIRA DE AZEMÉIS E ESTARREJA
CCAM ANADIA	CCAM OLIVEIRA DO BAIRRO
CCAM ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	CCAM OLIVEIRA DO HOSPITAL
CCAM AROUCA	CCAM PÓVOA DE VARZIM, VILA DO CONDE E ESPOSENDE
CCAM ARRUDA DOS VINHOS	CCAM PAREDES
CCAM AZAMBUJA	CCAM PERNES
CCAM BAIRRADA E AGUIEIRA	CCAM POMBAL
CCAM BAIXO MONDEGO	CCAM PORTO DE MÓS
CCAM BAIXO VOUGA	CCAM RIBATEJO NORTE E TRAMAGAL
CCAM BATALHA	CCAM RIBATEJO SUL
CCAM BEIRA BAIXA (SUL)	CCAM SÃO TEOTÓNIO
CCAM BEIRA CENTRO	CCAM SALVATERRA DE MAGOS
CCAM BEIRA DOURO	CCAM SERRA DA ESTRELA
CCAM BORBA	CCAM SERRAS DE ANSIÃO
CCAM CADAVAL	CCAM SILVES
CCAM CANTANHEDE E MIRA	CCAM SOBRAL DE MONTE AGRAÇO
CCAM CARTAXO	CCAM SOTAVENTO ALGARVIO
CCAM COIMBRA	CCAM SOUSEL
CCAM CORUCHE	CCAM TERRA QUENTE
CCAM COSTA VERDE	CCAM TERRAS DE MIRANDA DO DOURO
CCAM DOURO E CÔA	CCAM TERRAS DO SOUSA, AVE, BASTO E TÂMEGA
CCAM ELVAS E CAMPO MAIOR	CCAM TRÁS OS MONTES E ALTO DOURO
CCAM ENTRE TEJO E SADO	CCAM VAGOS
CCAM FERREIRA DO ALENTEJO	CCAM VILA FRANCA DE XIRA
CCAM GUADIANA INTERIOR	CCAM VILA VERDE E TERRAS DO BOURO
CCAM LAFÕES	CCAM ZONA DO PINHAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu parecer sobre o relatório e contas que lhe foi submetido pelo Conselho de Administração da FENACAM, relativos ao ano de 2016.

O Conselho Fiscal acompanhou a actividade do Conselho de Administração tendo estabelecido contactos, nomeadamente com o Director Geral, tendo obtido os esclarecimentos julgados necessários.

No cumprimento da sua acção fiscalizadora o Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento e análise dos documentos económico-financeiros na extensão considerada conveniente.

Relativamente aos documentos de prestação de contas – Relatório do Conselho de Administração, Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo verificou-se a sua conformidade com as normas aplicáveis.

O Relatório do Conselho de Administração é esclarecedor da acção desenvolvida e dos resultados alcançados e está em conformidade com as contas apresentadas.

68 O Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou deliberação que fosse contrária às normas vigentes.

Face às dificuldades decorrentes da reestruturação, o Conselho Fiscal enaltece o enorme esforço realizado pelo Conselho de Administração da FENACAM no sentido de ultrapassar os constrangimentos com que se foi deparando.

Deste modo, é parecer do Conselho Fiscal que sejam aprovadas o relatório do Conselho de Administração e as Contas referentes ao exercício de 2016, bem como a proposta de aplicação dos resultados.

Prior Velho, 07 de Março de 2017.

O CONSELHO FISCAL

Presidente

Vitor Manuel Marques da Costa

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal, CRL

Vogal

Álvaro Gonçalves Marques Pereira

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Anadia, CRL

Vogal

Joaquim Miguel Cruz Mendes

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Elvas e Campo Maior, CRL

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 6.942.870 euros e um total de capital próprio 4.798.306 euros, incluindo um resultado líquido de 20.602 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente

esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 15 de março de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC nº 1230
Registada na CMVM com o nº 20160841